

«ELOGIO DO SUCESSO»:

A FORÇA DA PALAVRA / O PODER DO DISCURSO

0. O presente estudo assenta nas reflexões teóricas e prolonga as análises descritivas (e também as propostas de aplicação no domínio do ensino-aprendizagem do Português) contidas em alguns trabalhos que elaborei em momentos anteriores.¹

Situa-se, como aqueles, basicamente num lugar de confluência — e de interacção — entre a Linguística do Texto e a Análise do Discurso, consideradas na multiplicidade das orientações que conhecem nos dias de hoje, em que se inscrevem com influência decisiva as linhas de reflexão de índole enunciativo-pragmática, elas mesmas marcadas por uma conhecida efervescência teórica e por uma fecunda matização.

1. Todo o discurso é imediatamente dominado por uma situação enunciativa, que se organiza em torno das coordenadas *Eu-Tu/Aqui/Agora*.

O discurso a analisar — reproduzido nos Anexos I e II — apareceu publicado no diário PÚBLICO da sexta-feira 11 de Outubro de 1991, inserindo-se no Suplemento FIM DE SEMANA daquele número do referido jornal.

Aquela data assinala, pois, o tempo da enunciação — o *To*. Convém acrescentar que se trata da sexta-feira imediatamente subsequente ao domingo 6 de Outubro de 1991, dia em que tiveram lugar as eleições legislativas de que sairia vencedor o PSD.

Situando-se no rescaldo destas eleições (e da campanha que as precedeu), é de esperar desse discurso — ou do seu autor, director do referido diário — um comentário jornalístico oportuno, e é igualmente de

¹ Ver, em particular, FONSECA, J. — *Coesão em português. Semântica-Pragmática-Sintaxe* (Dissertação de Doutoramento), Porto, 1981; *Coerência do Texto*, «Revista da Faculdade de Letras/Línguas e Literaturas», Vol. V, Porto, 1988; *Ensino da Língua Materna como Pedagogia dos Discursos*, «Diacrítica», 3-4, 1988/1989; *Heterogeneidade na língua e no discurso*, «Revista da Faculdade de Letras-Línguas e Literaturas», Vol. VIII, Porto, 1991. Ver aí elementos bibliográficos pertinentes para o presente trabalho.

esperar que tal comentário contenha elementos de uma polemicidade mais ou menos vincada.

A imagem pública do autor (que passarei a designar por Locutor) — conhecido e reconhecido pela sua competência profissional, pela sua independência, e por uma formação ideológica que designarei por «esquerda moderna» — representa também um elemento importante desta situação enunciativa, que conta igualmente com um outro — o da imagem que de si pretende construir um jornal recentemente lançado e que vem congregando um crescente número de leitores, com formações ideológicas variadas, que o referido diário pretende abranger.

Deste modo sucinto, fica também esquematizada a imagem que o Locutor se dá do destinatário — do Tu — do seu discurso.

As referências que acabei de alinhar permitem ainda obter uma representação global da coordenada enunciativa Aqui.

Juntarei a indicação de que todos estes dados integram um universo de saberes, uma enciclopédia, seguramente mais vasta, que o Locutor faz igualmente presidir, de imediato, à produção (e à esperada recepção-interpretação) do seu discurso.

Não será preciso lembrar que esta enciclopédia está aberta à absorção de outros elementos, nomeadamente o sistema de referências e avaliações que vai ser construído no discurso — e os que estas activam — e ainda os que decorrem da imagem que o Locutor de si também vai construir nesse mesmo discurso² e os que se vinculam, correlativamente, à imagem que ele igualmente irá construir dos seu leitores.

2. Um discurso institui ou constrói um sistema de referências (e de avaliações, explícitas ou implícitas, dessas referências), e instaura ao mesmo tempo uma dimensão ilocutória ou perlocutória dominante (compatível com outras forças accionais, com as quais se articula, se entrosa). Aquela construção e esta instauração congregam-se, de forma complexa, no desenho simultâneo de uma configuração global do discurso, a tomar como configuração de um tipo, em que ele se inscreve.

Em sintonia com a irrecusável índole aproximativa que caracteriza a tipologia discursiva disponível, direi que o discurso em análise poderá ser tomado como comentário político, como discurso polémico, de feição marcadamente argumentativa, e que nele o Locutor realiza, como orientação básica ou central, um macro-acto ilocutório expressivo de elogio.

² Quero sublinhar que esta imagem que o Locutor de si *constrói* no discurso deve ser privilegiada em relação à imagem do Locutor enquanto ser do mundo — estando esta última justamente disponível a partir da enciclopédia. Sobre a distinção entre Locutor enquanto ser do discurso e Locutor enquanto ser do mundo ver DUCROT, O. — *Le dire et le dit*, Paris, 1984.

A análise a que procederei nos números seguintes permitirá matizar esta caracterização ilocutória, como também trará a oportunidade para se captar o sistema das referências e das avaliações construídas pelo Locutor.

De momento, anotarei apenas que o título — *Elogio do sucesso* — condessa bem, e de forma directa, não alusiva, a orientação ou o rumo dominante do discurso. E anotarei ainda que o mesmo título alberga, através do semantismo dos elementos «elogio» e «sucesso», uma representação compacta das grandes dimensões significativas que se objectivarão no sistema de referências/avaliações e no complexo de forças accionais actuantes no discurso. Seria particularmente moroso proceder aqui à comprovação do que acabei de afirmar — e, por isso, renuncio a fazê-lo. Mas insistirei em que o semantismo daqueles elementos, em íntima conexão com os dados da enciclopédia que eles e a situação enunciativa activam, fornece as pistas centrais sobre o plausível programa discursivo a desenvolver pelo Locutor, logo, sobre as hipóteses interpretativas a adoptar como guia de leitura. Resultado de uma condensação temática e ilocutória, provindo tendencialmente de um *Depois* (da produção discursiva), o título não pode senão desempenhar uma função cognitiva básica, pois lhe cabe um papel projectivo fortemente influente na decodificação.

3. A partir do título e das dimensões agregadas à situação enunciativa (acima apresentada, no essencial) e ainda da enciclopédia que se lhes liga/que eles activam, fica configurado, como esquematicamente acabei de apontar, um complexo ou um agregado de sentido nuclear, a desdobrar adequadamente no discurso.

A discursivização deste complexo ou agregado de sentido passa naturalmente pela sua enformação nos recursos da língua, e é desenvolvida — ao nível local, mas também ao nível sequencial e global — de modo a salvaguardar uma coerência/coesão imprescindível. Tal coerência/coesão é dimensão fundadora de todo e qualquer discurso, tanto ao nível da sua produção como ao nível da sua decodificação, actuando neste pólo como princípio interpretativo básico.

Percorrem também esta discursivização não apenas a projecção de estratégias várias — de que sucessivamente darei conta — mas também o recorte de grandes eixos organizadores (de ordem semântica e ilocutória/perlocutória) devidamente articulados e/ou entrosados. É óbvio que também eles imprimem/garantem aquela coerência/coesão ao desenvolvimento discursivo, e, de novo, ao nível microestrutural e ao nível macroestrutural, tanto intermédio como global.

De momento, salientarei quatro destes grandes eixos, que se tornam patentes no discurso que nos ocupa.

3.1. Destaca-se no todo discursivo, mas também nas suas macroestruturas intermédias e ainda nas suas microestruturas, um grande eixo organizador, de carácter opositivo. Na verdade, o desenvolvimento do discurso, em cada um daqueles níveis, dá lugar ao desenho de um *eixo de contraposições* sucessivamente afirmado, de que anotarei, de modo genérico e sumário:

— a contraposição entre momentos temporais — entre, de um lado, um tempo do *Passado* (do *Então*), e, do outro, um tempo do *Presente* (do *Agora*);

— a contraposição entre atitudes modais de distanciamento ou de adesão face aos estados de coisas sucessivamente configurados;

— a contraposição entre valores (com destaque para «*estabilidade*» e «*sucesso*»);

— a contraposição entre atitudes e avaliações axiológicas a respeito de estados de coisas e valores;

— a contraposição entre dimensões accionais (directa ou indirectamente realizadas), nomeadamente elogio, crítica/censura, persuasão, dissuasão;

— a contraposição entre *vozes* — entre a voz do Locutor e a voz de outros, que ele põe em cena — no que se consuma um *eixo de polifonia*, particularmente forte e diferenciada³;

— a contraposição entre avaliações e atitudes aplicadas a estas vozes.

Estas contraposições são consistentes com o marcado carácter de polemicidade que se inscreve — e que é ao mesmo tempo e imediatamente resultante dessas mesmas contraposições — no discurso, que adquire, assim, uma vincada natureza de discurso argumentativo.

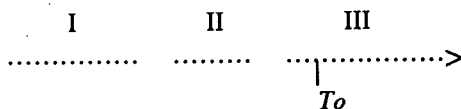
Registarei, muito sumariamente, que servem ainda este teor argumentativo de todo o discurso vários movimentos contra-argumentativos e refutativos, e as sucessivas conjunções *l'asserção + justificação* que se verificam em alguns dos enunciados e em algumas das articulações entre enunciados e entre macroestruturas.

Nem sempre procederei, nos números seguintes, a uma análise ou a uma referenciação sistemáticas de todos estes momentos de contraposição; por razões de economia, apenas destacarei algumas das manifestações mais relevantes desta feição particularmente notória da configuração do discurso em análise.

³ Esta diferenciada polifonia será devidamente focada em vários momentos deste estudo. Anotarei, entretanto, que nada direi sobre uma das suas dimensões, que é imediatamente activada pelo título do texto — *Elogio do sucesso* —, que convoca claramente o *Elogio da loucura* de Erasmo. Sobre a noção de polifonia, ver o meu trabalho, já citado na Nota 1, *Heterogeneidade na língua e no discurso* e as referências bibliográficas aí mencionadas.

3.2. A par deste duplo eixo de contraposições e de polifonia, organiza todo o discurso — e também ao nível local, sequencial e global — um outro, de relevância básica ou mesmo nuclear, e que é um *eixo temporal* (que, de resto, e como acima deixei anotado, apresenta, ele próprio, uma estruturação opositiva, desenvolvida justamente em jeito de contraposição).

Apoiando-nos nas instruções fornecidas particularmente pelos tempos verbais dos enunciados, não é difícil esquematizar esse eixo temporal, naturalmente construído sobre T_0 , o tempo da enunciação, já acima identificado. Eis essa esquematização:



O segmento I corresponde aos segundo, terceiro e quarto parágrafos (com exceção dos seus enunciados D-4 e 5, e por razões a especificar oportunamente); os estados de coisas aí capturados localizam-se no *Passado* (se bem que se trate de um passado que se desenvolve de um momento mais remoto a um mais recente).

O segmento II (correspondente ao primeiro parágrafo) situa-se na contiguidade do termo daquele *Passado* e vizinha com o tempo da enunciação — o *Presente*, T_0 ; os estados de coisas aí referenciados respeitam a um passado recente, imediato, correspondente à campanha eleitoral e ao seu desfecho vitorioso para o PSD.

Já se reparou em que este segmento temporal II está deslocado para o início do texto, obtendo, logo por isso mesmo, e pela anacronia que essa deslocação projecta, um relevo particular.

O segmento III respeita, por sua vez, a um intervalo temporal centrado sobre o *Presente*; abre-se com naturalidade sobre um *Futuro*, delineado no intervalo adjacente à direita, mas ao mesmo tempo converge com um segmento do passado recente correspondente a II e à parcela já identificada de I.

Terei de avançar que os estados de coisas capturadas no segmento I — que preenchem o espaço/tempo do *Então* — contrastam fortemente com os estados de coisas referenciados em III — que preenchem o espaço/tempo do *Agora* (aberto ao *Futuro*): aqueles recebem uma avaliação nitidamente negativa, enquanto estes se apresentam como particularmente positivos. Tal avaliação — desenvolvida também, como se vê, em jeito de contraposição, no quadro já referido de um eixo de contraposições — amplia o contraste entre aqueles Passado e Presente, que são mediados por um evento transicional que opera uma mudança. Significa isto que entre os segmentos I e III se interpõe o intervalo de tempo, por natureza pontual, em que tem lugar aquela mudança.

Este intervalo de tempo, pontual, não tem expressão explícita e directa no texto. Para ele apontam, no entanto — e é isso mesmo que eu quero sublinhar com as considerações acabadas de tecer —, os enunciados D-4 e 5, que visivelmente se destacam — imediatamente pelos tempos verbais, mas também por outros traços, a analisar oportunamente — no todo do quarto parágrafo, em que figuram.

3.3. Entrosado com os três grandes eixos organizadores já considerados, um outro percorre ainda o discurso em análise, e respeita à presença de um *dinamismo* particular que afecta o seu desenvolvimento. Tal dinamismo objectiva-se em diversos movimentos discursivos que surgem ligados quer à configuração argumentativa do discurso quer ao recorte dos momentos em que o Locutor põe em cena outras vozes, e os seus proferidores, quer ainda ao desenho de momentos de tensão, de expectativas e contra-expectativas, quer finalmente à activação de implícitos. A gestão deste *dinamismo discursivo* serve adequadamente as estratégias que o Locutor sucessivamente vai adoptado.

4. O primeiro parágrafo (A) realiza uma macroestrutura introdutória.

4.1. Preenche-a uma asserção inicial (A-1)⁴, seguida de três outros enunciados com igual força ilocutória, mas que funcionam como *justificação*, suscitada pela condição de veracidade dos actos assertivos. Percorre, pois, imediatamente, esta macroestrutura uma coerência funcional transparente entre os enunciados por que se realiza, consubstanciada justamente na conjunção *lasserção + justificação*!. Temos, deste modo, aqui um primeiro movimento argumentativo, sendo que os enunciados justificativos contêm os vários argumentos que suportam a asserção inicial.

Importa, entretanto, sublinhar que a referida justificação tem por escopo, não o todo da asserção de abertura, antes duas das suas dimensões: por um lado, a 'contradição' entre «*estabilidade*» e «*sucesso*», e, por outro, o carácter 'mitigado' dessa mesma 'contradição'. Teremos a oportunidade de verificar que os suportes mais específicos e mesmo mais fortes desta visão 'mitigada' da contradição entre aqueles dois valores se localizam noutros segmentos do texto. Encontramos, assim, neste ponto uma clara convocação de momentos subsequentes do discurso — convocação que foi programada pelo Locutor na elaboração de uma ajustada *disposição* do todo do seu discurso. Outros momentos de uma programada interacção entre microestruturas e mesmo macroestruturas não contíguas se contêm no discurso — interacção essa que se conta ao mesmo tempo como geradora de tensão, de dinamismo discursivo e de coerência/coesão.

⁴ A identificação dos parágrafos e dos enunciados segue a notação utilizada na transcrição do texto no Anexo II.

4.2. Este segmento introdutório obtém uma particular relevância no todo do texto e na situação comunicativa em que ele se inscreve ou opera. Tais elementos, a par daquela organização global em *asserção + justificação*, respondem de imediato pela configuração e identidade desta macroestrutura.

A asserção inicial ancora o discurso num passado imediato relevante, que constitui matéria jornalística óbvia, aberta a/suscitadora de, comentários: a vitória eleitoral do PSD, consumada dias antes. Já se compreendeu que a deslocação para o início do texto do segmento temporal — e dos estados de coisas aí captados — acima anotado com II⁵ — serve adequadamente àquela ancoragem do discurso num passado imediato relevante, que constitui, como se sabe, o domínio por excelência do discurso de imprensa.

Por sua vez, o segmento justificativo da asserção inicial dá a oportunidade para uma primeira apresentação de um confronto — de uma contraposição, no quadro do eixo de contraposições já referenciado, que começa a ser construído — entre «*estabilidade*» e «*sucesso*», valores à roda dos quais (embora mais largamente sobre o segundo⁶) se ergue a edificação do texto.

4.3. Interessa, a vários títulos, ver como esta contraposição — servida pelo semantismo de «*enquanto*» (em A-2 e 3) e de «*mas*» (em A-4) — se desenvolve. Neste desenvolvimento encontramos outros eixos organizadores dominantes nesta macroestrutura.

4.3.1. Destaca-se, à partida, o carácter «*contraditório*» (A-1) apontado para aqueles valores. Esquematizo, seguindo A-2, 3 e 4.:

ESTABILIDADE	SUCESSO
a. apela à conservação do adquirido, à protecção;	a'.apela à iniciativa, ao protagonismo, ao risco;
b. valor estático passivo de sentido conservador;	b'. valor dinâmico activo de sentido progressista (aberto à mudança);
c. sensibiliza o colectivo, o espírito gregário;	c'.estimula a afirmação individual;
d. induz segurança	d'.pode induzir tensões, choques, abalos, incertezas, instabilidade.

⁵ Ver 3.2.

⁶ Ver, porém, mais adiante, 13.4.

Esta esquematização deixa patente uma nítida simetria no estabelecimento da contraposição, surgindo como particularmente regular o contraste, a 'contradição', entre aqueles dois valores.

4.3.2. Esta simetria e esta regularidade são, porém, quebradas a um outro nível do semantismo dos elementos congregados em cada um dos itens (a/a', b/b', c/c', d/d') atrás referenciados — nível que respeita à avaliação axiológica que se inscreve, de modo mais ou menos estabilizado, em cada uma das referências anotadas.

Reconhecemos com facilidade que às referências congregadas em torno de «estabilidade» se junta uma avaliação /+positivo/ — com excepção no que tange ao item b, a que afectamos uma avaliação /-positivo/.

Em contrapartida, no que respeita às referências correspondentes a «sucesso», só ao item b' se junta de modo inequívoco a avaliação /+positivo/. Em d', há seguramente uma avaliação negativa — de resto, potencializada pelo contraste com as referências correspondentes em «estabilidade»; em c', a orientação tendencialmente positiva é neutralizada pelos termos «sensibiliza o colectivo, o espírito gregário» presentes em «estabilidade»; em a', há tendencialmente uma avaliação negativa, em particular ligada a «risco», mas sobretudo activada pelo contraste com «conservação do adquirido», dimensão inscrita em «estabilidade».

Numa representação esquemática, teremos, então:

ESTABILIDADE	SUCESSO
a. /+/	a'. /-/ (/+)
b. /-/	b'. /+/
c. /+/	c'. /-/ (/+)
d. /+/	d'. /-/

4.3.3. Resulta destas observações que só ao nível dos itens b/b' e d/d' se oferece uma regularidade opositiva entre «estabilidade» e «sucesso». Convém fixar esta regularidade:

ESTABILIDADE	SUCESSO
b. valor estático, passivo, /-/ conservador;	b'. valor dinâmico, activo, /+/ progressista;
d. induz segurança /+/	d', pode induzir tensões, choques, abalos, /-/ incertezas, instabilidade

Resulta também das mesmas observações que as referências e as avaliações axiológicas arroladas ao nível de b/b' constituem o pólo opositivo mais marcado e consistente, pois que, do lado de «*estabilidade*», se apresentam como o único segmento de avaliação /-positivo/, e, do lado de «*sucesso*», como o único segmento de inequívoca avaliação /+positivo/.

4.3.4. Os elementos avançados permitem também concluir que se gera neste parágrafo uma particular tensão: na verdade, não se recorta aí uma representação particularmente encarecedora de «*sucesso*», como seria de esperar a partir do título — «*Elogio do sucesso*» —, que claramente induz a expectativa de uma generalizada e forte avaliação positiva desse valor. Esta tensão, apoiada, pois, numa contra-expectativa, convoca uma leitura atenta do desenvolvimento discursivo, revelando-se constituir mais um momento saliente da relevância co-textual desta primeira macroestrutura e da sua própria configuração.

Por outro lado, esses mesmos dados habilitam-nos a construir uma imagem de isenção, de seriedade, de objectividade (jornalística) para o Locutor — imagem, veja-se bem, resultante de uma estratégia de credibilização que ele sabe desenvolver desde o início do texto, e que encontrará outros momentos de afirmação. A consistência e a relevância de tal imagem provêm, como já seguramente se terá notado, do facto de o Locutor, num discurso de clara orientação para o encarecimento de «*sucesso*», não escamotear virtualidade negativas, alguns gérmes de 'perversão'⁷ que tal valor alberga.

⁷ O que aqui chamo de gérmes de 'perversão' de sucesso identifica-se com as virtualidades ligadas às referências e avaliações negativas anotadas em 4.3.1.-3., nos itens a', c' e d'. Essa 'perversão' poderá traduzir-se, segundo as situações, em arrogância, egoísmo, excesso de protagonismo individual, excesso de competição..., ou em versões radicais de uma 'filosofia do sucesso pelo sucesso', 'do sucesso sem preocupações sociais' ...; por sua vez, o insucesso (convocado por antonímia) — a 'ausência de sucesso' — pode conduzir à degenerescência que é a frustração, e daí à depressão, à neurastenia... O desenvolvimento do discurso trará, como se vai ver, a referência explícita ou implícita a estas 'perversões'. Aproveito para anotar que outros valores e até dimensões ilocutórias presentes no desenvolvimento do discurso são também afectados de 'perversões' várias, que são aí referidas, explícita ou implicitamente, e que dão ocasião — como de resto acontece em relação aos já referenciados — ao desenho por parte do Locutor de atitudes e de estratégias específicas. A tal me referirei ao longo dos próximos números. De momento, e para preparar minimamente alguns segmentos subsequentes da minha exposição, convirá reter mais algumas indicações sumárias neste domínio: (1) a estabilidade é 'pervertida' nos regimes totalitários em estabilidade abusivamente imposta a todo o custo; ela pode degenerar em fobia a toda a mudança — de que decorre bom número de situações ou atitudes negativas; a passividade que com ela se casa pode, por sua vez, degenerar em descrença e fatalismo e atingir até a frustração; há, porém, que contrapor a estas 'perversões' uma outra visão, eufórica, de estabilidade — aquela que, sendo construída por vontade dos cidadãos, cria um quadro favorável ao desenvolvimento do homem e das sociedades...; (2) o elogio sofre uma nítida 'perversão' no 'elogio interesseiro'... Não deixarei de apontar que estas 'perversões' são parte integrante do *semantismo* dos elementos a que respeitam, e como tal são imediatamente activadas pela ocorrência de tais elementos no discurso.

Note-se que tal faz também seguramente adivinhar — e este será também um efeito procurado daquela tensão — que o Locutor, na sequência do seu discurso, tratará de anular tais ‘perversões’ potenciais, configurando, então, uma avaliação definitivamente ‘elogiosa’ de «sucesso» — o que, visivelmente, contará como um (outro) momento importante da relevância co-textual do primeiro parágrafo, da sua organização interna e da tensão que, segundo anotei, o percorre.

4.3.5. O quadro antes desenhado possibilita o adequado entendimento de uma inequívoca mitigação que o Locutor faz inscrever na apresentação da «contradição» entre «estabilidade» e «sucesso». Tal mitigação traz consigo um distanciamento cautelar que o Locutor adopta na construção daquela antinomia. Tal distanciamento revela-se como um elemento importante da coerência global do discurso em análise, como se tornará patente ao longo dos comentários a tecer.

4.3.5.1. A mitigação, e o correspondente distanciamento cautelar do Locutor, manifestam-se logo na asserção inicial do parágrafo, em que o Locutor refere que «estabilidade» e «sucesso» são dois valores «de algum modo contraditórios» (A-1). O restritor «de algum modo» assinala bem essa mitigação/distanciamento.

Essa mesma atitude cautelar percorre o enunciado A-2, onde é marcada pela expressão, igualmente restritiva, «*Em princípio*», que o introduz.

4.3.5.2. Consistente com, e complementar de, esta atitude de mitigação/distanciamento se apresenta o facto de o Locutor privilegiar no desenvolvimento que tem lugar no parágrafo seguinte da antinomia «estabilidade»/«sucesso» o pólo opositivo referenciado em 4.3.1.3. como item b/b’.

Esta escolha, astuciosa, permite que fiquem na sombra — que fiquem esquecidos — os outros elementos da contraposição inicial — o que constitui objectivo estratégico importante, já que deles não se obtém, como ficou devidamente anotado acima, nem uma visão claramente desvalorizadora de «estabilidade» nem uma representação suficientemente encarecedora de «sucesso».

Assim, em A-2, põe-se em foco aquele pólo opositivo, através de travessão e através dos introdutores (de resto, isolados — destacados — por vírgula) «nessa medida» (que tem também uma dimensão de restritor) e «por isso». O enunciado A-4, que remata o parágrafo, reforça a focalização daquele pólo opositivo, sumariando em torno das referências «passividade»/«dinamismo» a contraposição entre os valores «estabilidade»/«sucesso»: «Somos sujeitos passivos da estabilidade, mas temos de ser sujeitos activos

do sucesso». A contraposição «Somos»/«Temos de ser» compedia de modo feliz, económico e expressivo a orientação primeira que é imprimida ao desenvolvimento da antinomia em referência, justamente agora centrada exclusivamente sobre a contraposição «passividade»/«dinamismo». «Temos de ser», em contraste vincado com o contíguo «Somos», explicita cabalmente o sentido básico dado pelo Locutor à antinomia «estabilidade»/«sucesso», já que em «temos de ser» se dá expressão a um sema *impulso voluntarioso e assumido*, que está ausente em «Somos». (Veja-se que esta oposição se prolonga em «Somos sujeitos passivos da estabilidade»/«Temos de ser sujeitos activos do sucesso», sendo ainda servida pelo semantismo do conector «mas», que, em A-4, articula, opondo-os, aqueles dois segmentos).

Observe-se ainda que este privilegiar do pólo opositivo em referência, ou seja, esta efectiva redução da contraposição «estabilidade»/«sucesso» às referências e avaliações axiológicas compendiadas no item b/b' acima delineado, se acentua no segundo parágrafo, onde o Locutor definitivamente vai identificar «estabilidade» com «passividade», termo aí (B-1) também destacado, por travessão.

4.3.5.3. O último parágrafo do texto — que, como veremos adiante, é capital na economia global do discurso — revela-se particularmente consistente com a mitigação/distanciamento cauteloso que o Locutor quis imprimir a esta primeira contraposição entre «estabilidade» e «sucesso».

A análise desse último parágrafo será apresentada mais abaixo⁸. Dela tenho, porém, de convocar para aqui um elemento central — a configuração que aí o Locutor estabelece para «sucesso», através do recorte de uma oposição entre um «sucesso-1» e um «sucesso-2».

A representação de «sucesso-1» faz dele um «sucesso» minado, adulterado, por 'perversões', que de algum modo — e este ponto é decisivo — convergem com algumas das virtualidades negativas associadas às referências anotadas acima nos itens a', c' e d'. Em contrapartida, a representação de «sucesso-2» faz dele um «sucesso» despido daquelas 'perversões', e a que genericamente convêm — e este ponto é igualmente decisivo — as avaliações positivas agregadas acima aos itens c. e d. de «estabilidade».

Importa salientar, então, que este «sucesso-2» — representação a que, como se verá, se vincula definitivamente o Locutor no seu acto de elogio — não é de todo contraditório com «estabilidade» (ponto particularmente relevante a ser devidamente esclarecido mais abaixo⁹).

⁸ Ver 11.

⁹ Ver 11.3.

Nesta base, tornam-se mais inteiramente compreensíveis as medidas cautelares avançadas logo no início do discurso sobre a validade da oposição «*estabilidade*»/«*sucesso*»: a mitigação, e o distanciamento correlativo, então recortados a este propósito pelo Locutor resultam plenamente pertinentes e consistentes com o todo do discurso, contando-se como elemento vincado da sua coerência/coesão global.

4.4. O primeiro parágrafo — ou a macroestrutura que nele se objectiva — contém ainda outras linhas organizadoras importantes. A sua consideração possibilitará, de resto, em alguns casos, acompanhar de outros suportes a análise já avançada a propósito da mitigação — e do seu alcance — inscrita no estabelecimento da oposição «*estabilidade*»/«*sucesso*».

4.4.1. Logo na abertura do texto (A-1), o Locutor assinala que o PSD resolveu ‘com habilidade’ (Ver «*hábil*», mas também «*segredo*», que contém uma configuração sémica consistente com ‘habilidade’) aquela contradição entre «*estabilidade*» e «*sucesso*».

A resolução desta contradição deixa, por si só, entrever que ela não é total — e uma tal construção pelo Locutor da antinomia em referência já foi devidamente considerada e avaliada na economia global do discurso. É claro que isso mesmo faz compreender, por uma outra via, a mitigação já assinalada e amplamente comentada nos números anteriores.

Acrescentarei que aquela ‘resolução hábil’ da contradição inicial «*estabilidade*»/«*sucesso*» assentou sobretudo — e vêmo-lo agora com particular nitidez — no facto de o PSD ter sabido apostar, na campanha eleitoral, não apenas em todas as virtualidades positivas de «*estabilidade*» (ligadas às referências e avaliações axiológicas arroladas atrás nos itens a., c. e d.), mas também nas virtualidades positivas agregadas aos similares elementos vinculados a «*sucesso*» — ou mais exactamente, de acordo com as considerações já tecidas, sumariamente, em 4.3.5.3, a um «*sucesso-2*». (Lembremos que, como de resto o texto refere, o discurso eleitoral do PSD se organizou estrategicamente em torno dos valores ‘estabilidade’ e ‘sucesso’).

Encontramos, assim, um outro dado esclarecedor para a mitigação introduzida pelo Locutor na construção da oposição «*estabilidade*»/«*sucesso*» e, mais uma vez, verificamos que ela serve adequadamente a coerência do discurso.

4.4.2. Neste mesmo quadro se compreende que o Locutor caracterize a vitória eleitoral do PSD como resultado de uma associação «*eficaz*» (A-1) daqueles dois valores.

É claro que essa ‘eficácia’ comprova, não apenas a viabilidade daquela articulação, mas sobretudo a efectiva realização feliz dessa articulação —

prova complementar da consistência da atitude cautelar do Locutor a propósito da 'contradição' entre «*estabilidade*» e «*sucesso*».

Virá a propósito anotar que aquela 'eficácia' ficou imediatamente à vista nos resultados eleitorais. Mas importa vê-la numa outra perspectiva: ela foi resultante de uma estratégia discursiva igualmente «*hábil*». O discurso da campanha do PSD construiu dois — ou melhor, e à luz do que ficou disponível em 4.3.5.3., — três destinatários: o destinatário que se reveria, ou se reconheceria, na estabilidade, o destinatário que se reveria, ou se reconheceria, no «*sucesso-1*» e aquele que se reveria, ou se reconheceria, no «*sucesso-2*»¹⁰.

Observe-se que não se trata, absolutamente, de dizer que o discurso eleitoral do PSD tenha sido, neste domínio, ambíguo: ele foi antes um discurso estrategicamente modulado em ordem à construção de destinatários múltiplos. Tratou-se, mais rigorosamente, da construção de um discurso percorrido, enformado, por uma *poli-audição* — noção correspondente a, mas não necessariamente simétrica de, uma adequada e específica polifonia. Esta polifonia esteve, seguramente, presente naquele discurso eleitoral, aí obtendo um elevado valor estratégico — mas não é isso que agora importa considerar.

4.4.3. Como as notas anteriores revelam, o primeiro parágrafo do texto em análise contém, se bem que por implicação, activada imediatamente por A-1, uma valorização de Cavaco Silva e do PSD. Esta é também uma linha estruturadora desta primeira macroestrutura do discurso, que, de resto, se prolonga (embora sempre de modo implícito — e nisso consistirá boa parte da sua relevância —) por outros momentos do texto, que oportunamente anotarei e enquadrarei devidamente.

5.1. Um dos eixos dominantes na configuração do primeiro parágrafo é, como ficou sublinhado, o que respeita ao estabelecimento de um contraste entre «*estabilidade*» e «*sucesso*», estrategicamente centrado em torno das referências e avaliações axiológicas congregadas no item b/b' da esquematização apresentada em 4.3.1.-3.

5.2. É sobre este eixo opositivo — e, logo, como também já anotei, com o abandono das outras dimensões disponíveis — que se constrói de imediato o segundo parágrafo (B). Nele, o Locutor acentua de modo específico aquela antinomia «*estabilidade*»/«*sucesso*» por diversas vias, complementares.

¹⁰ É claro que ficam aqui de lado aqueles que, vinculando-se a «*sucesso-1*», estão declaradamente *contra* o sucesso. Ver, mais abaixo, os comentários respeitantes ao último parágrafo.

Sobressai, em primeiro lugar, a identificação plena de «*estabilidade*» com «*passividade*» — termo de resto destacado por travessão (B-1) — logo caracterizada, com referência à situação portuguesa no *passado* (como veremos, e como também já anotei, num passado que se estende até às vizinhanças do tempo da enunciação, já localizado) de modo fortemente negativo: «*Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bisonha, fatalista*» (B-2).

Resulta daí, por contraste, uma representação eufórica de «*sucesso*». Mas esta representação encarecedora de «*sucesso*» — que acaba por constituir um outro elemento de desqualificação de «*estabilidade*» — é ainda feita pela evocação dos descobrimentos e das «*histórias exemplares da emigração*», apresentados como «os grandes momentos épicos do sucesso à portuguesa» (B-3).

Reconhecidamente, uma e outra destas realidades (a primeira, mais remota, mas sempre presente e actuante no imaginário nacional, e ainda mais em tempos de comemorações oficiais...; a segunda, mais recente, mas sempre profundamente vivida e sentida...) obtêm uma vincada ressonância nos portugueses e concentram em si um largo poder de sedução — a sedução irresistível dos ‘vencedores’ (dos ‘bem sucedidos’) e da ‘exemplaridade’.

O Locutor não deixa de salientar que estes ‘grandes momentos de sucesso’ se projectaram em condições excepcionais, sem continuidade e «fora de portas»: o sucesso generalizado e permanente furta-se aos portugueses, nomeadamente no interior das fronteiras do país, «*apertados*» que estão «*na estreiteza sufocante do rectângulo pátrio*» (B-4).

Ao mesmo tempo, o Locutor faz inscrever com saliência na desvalorização da «*estabilidade*»-«*passividade*» um outro traço marcante — uma dimensão de «*fatalismo*» congregada com a de «*tristeza*»: já avançada em B-2, esta dimensão é retomada imediatamente nos outros enunciados e reiterada (sempre a par de «*tristeza*») no início do terceiro parágrafo como marca(s) de uma «*condição nacional*».

Fica, deste modo, construída neste segundo parágrafo uma imagem fortemente negativa de uma arreigada «*condição portuguesa*», marcada pela melancolia, pela passividade, pela resignação, pelo fatalismo — que são vistos como gerados pela «*estabilidade*».

5.3. Há, entretanto, que salientar que todo este segundo parágrafo é marcado pelo uso insistente, ‘obstinado’, do condicional e que é construído em formato discursivo de relato — e relato de opinião — indicado pela expressão introdutória «*Segundo a tradição e as raízes ancestrais do nosso imaginário nacional*», expressão que tem por escopo não apenas o enunciado B-1, em que explicitamente figura, mas todos os que no mesmo parágrafo o seguem. Tal expressão desenha, pois, o espaço de verificação em que deve situar-se a interpretação de todo o parágrafo.

5.3.1. Estes traços — relato de opinião e uso insistente do condicional — cumprem aqui algumas funções estratégicas, em que convém atentar.

Observe-se, de imediato, que o Locutor se pronuncia neste parágrafo sobre um intervalo temporal vasto e complexo, que vai de um passado sem dúvida remoto a um passado mais recente, vizinho, como de passagem já referi, de *To*. Tenha-se também presente, por outro lado, que a avaliação global projectada sobre este período é fortemente negativa — sendo que as excepções (descobrimientos e casos exemplares da emigração) apenas confirmam, e dilatam, como já apontei, essa avaliação negativa. Registe-se ainda que o Locutor não pôde testemunhar pessoalmente, ‘em directo’, a maior parte das situações que este intervalo de tempo recobre.

Pois bem, tudo isto constituirá uma motivação forte para a escolha do relato e do condicional.

O uso do condicional traz consigo um distanciamento do Locutor em relação aos estados de coisas referenciados e às avaliações activadas. E o mesmo acontece, e também por implicitação pragmática, quando o Locutor, em vez de dar a sua opinião pessoal, prefere relatar a opinião de outro(s).

É justamente um distanciamento assim activado que domina todo o segundo parágrafo — contando-se como dimensão de particular saliência na sua organização e funcionamento. É certo que o Locutor relata uma opinião qualificada — uma *doxa* estabelecida pela tradição e arraigada no «*imaginário nacional*». Socorre-se, pois, de uma voz autorizada e reconhecida (com o que inscreve no discurso um primeiro momento de polifonia, aqui configurada sob a óptica da convergência) —, mas nem assim se oblitera o distanciamento referenciado, que é, de resto, assumido pelo uso obstinado do condicional.

5.3.2. Saliente-se que com tal atitude, o Locutor desenvolve — e mais uma vez ¹¹ — uma estratégia de credibilização, procurando incutir — reforçar — uma imagem de seriedade, de isenção, de objectividade — de resto, de tão proclamada importância no serviço jornalístico. Por outro lado, e municiado com os créditos assim obtidos e acumulados aos já procurados, com idêntica estratégia já oportunamente montada e concretizada no primeiro parágrafo ¹², o Locutor prepara também um contraste com os dois parágrafos seguintes (C e D), em que assumirá uma posição pessoal — levada até à avaliação crítica e mesmo à censura — a respeito de uma situação ou estado de coisas mais recente, que testemunhou ou que conheceu ‘directamente’.

¹¹ Ver 4.3.4.

¹² Ver, de novo, 4.3.4.

5.3.3. Importa, no entanto, complementar esta minha visão com uma observação de relevância talvez mais alargada: o distanciamento, a mitigação das asserções deste segundo parágrafo visam ainda a obtenção de um outro efeito. É que — e convém reparar nisso — aquele distanciamento tem exclusivamente por escopo o «fatalismo» atribuído à 'condição portuguesa'. Visivelmente, o Locutor não está com, não acompanha, aqueles que aceitam — ou aceitaram — este «fatalismo» da 'condição portuguesa', ainda que esses integrem a voz autorizada da *doxa* invocada e usada. Desses se quer apartar o Locutor — e justamente este afastamento habilita-o, credita-o, com a legitimidade necessária para a crítica/censura que, como salientarei, desenvolve nos parágrafos C e D àqueles que, de um modo ou de outro, e contra as expectativas¹³, acabaram por aceitar aquela mesma visão fatalista da situação portuguesa. E, ainda, tal distanciamento confere-lhe igual legitimidade para se juntar àqueles que, num passado mais recente e no presente, rejeita(ram) essa mesma visão fatalista¹⁴.

5.3.4. Registe-se ainda que a evocação desta situação do Passado e a sua avaliação fortemente negativa — evocação e avaliação que, de resto, vão prosseguir nos dois parágrafos seguintes — cumprem aqui — e cumprirão também naquelas duas outras sequências imediatas — uma função estratégica importante: a de preparar um contraste vincado com a situação 'nova' que o Locutor caracterizará de seguida, no que se concretiza mais uma manifestação do eixo de contraposições já apontado como linha organizadora de todo o discurso.

5.4. Os comentários tecidos mostram bem a relevância deste parágrafo na economia global do discurso e também as dimensões salientes que o organizam como macroestrutura intermédia e que concorrem para a coerência ao mesmo tempo local, sequencial e global do texto.

Não demorarei a registar os momentos, claros, de contraposição que se projectam neste parágrafo. Não deixarei, porém, de evidenciar que também aqui encontramos um movimento argumentativo transparente: os enunciados B-3, 4 e 5 funcionam basicamente como sucessivas e matizadas justificações do enunciado B-1.

6.1. Construída, do modo que registei, no segundo parágrafo, uma imagem globalmente negativa de uma «condição nacional», o Locutor aplica-se a reforçar esta mesma imagem, identificando no terceiro parágrafo «estabilidade» com «pobreza resignada» (C-2) — momento saliente de uma cada vez mais vincada diminuição ou desqualificação daquele valor,

¹³ Ver, mais abaixo, 6.4.

¹⁴ Ver, mais adiante, a análise dos parágrafos seguintes do texto.

diminuição/desqualificação que surge como grande linha estruturadora de toda esta sequência.

6.2. Verifica-se também que todo esse mesmo parágrafo está construído com asserções não mitigadas — em contraste com a mitigação generalizada que enforma, nos termos já caracterizados, o parágrafo anterior. Esta afirmação de uma força assertiva — traço também dominante na configuração deste terceiro parágrafo — coaduna-se com uma outra dimensão — igualmente nele saliente — que respeita à circunstância de o intervalo de tempo agora recoberto ser mais recente, situando-se do salazarismo aos dias de hoje. É este período de tempo que é agora guindado a primeiro plano — e, dada a sua proximidade, o Locutor, que seguramente o viveu ‘em directo’, está em condições de sobre ele emitir uma opinião pessoal, sem ter, pois de recorrer — como o fez no segmento anterior do seu discurso — ao relato, mesmo que qualificado. A estratégia de credibilização antes desenvolvida — e que ficou devidamente apontada e enquadrada — habilita-o com uma particular legitimidade para a emissão desta opinião pessoal assumida. Avançarei que esta particular legitimidade, devidamente preparada, como se viu, no texto, suporta a contundência de certos momentos desta sequência, adiante anotados.

6.3. Ao mesmo tempo que, nos termos acima registados, desvaloriza a «estabilidade», o Locutor comprova a existência, *estabilizada*, daquela «condição nacional» melancólica e fatalista: tal visão da situação portuguesa percorre, ‘atravessa’ toda a nossa cultura e enformou também «a nossa cultura política, à direita e à esquerda» (C-1).

Neste passo, o Locutor dá como garantida a presença de testemunhos na nossa cultura a respeito daqueles traços dominantes da «condição nacional», e dá também como pacífica a aceitação do valor probatório de tais testemunhos. Em contrapartida, não procede desse modo a respeito da presença dos mesmos traços na nossa «cultura política». Neste domínio, o Locutor não prescinde de — ou não se furta a — especificar os suportes da sua opinião, que — note-se — é particularmente gravosa para a cultura política «à esquerda». Impõe-se, então, verdadeiramente, aqui uma justificação deste segmento da asserção do Locutor, mais uma vez em cumprimento da condição de veracidade dos actos assertivos — cumprimento que o Locutor assume também, seguramente, como índice da isenção e da objectividade já noutros momentos procuradas e garantidas.

6.4. Percorre este momento discursivo uma notória tensão, pois que nele se recorta uma *contra-expectativa*: seria de esperar que os «resistentes antifascistas» se tivessem demarcado inequivocamente de, não se tivessem

deixado «condicionar» (C-1) por, a «passividade», a «melancolia» e sobretudo o «fatalismo» daquela «condição nacional», valores aceites e acolhidos pela cultura política «à direita». Desta não se estranhará que tenha promovido a «estabilidade»-«pobreza resignada» a «filosofia oficial do regime» salazarista; mas, decididamente, não se esperaria que a ‘esquerda’ tivesse convergido com essa ‘direita’, através de uma alargada contemporização, de uma passividade cúmplice, como o Locutor registará.

Esta tensão, consubstanciada na contra-expectativa que assinalai, combina-se com uma acutilante dimensão de crítica, ou, mais rigorosamente, de censura — também eixos vinculados da configuração deste parágrafo: a passividade cúmplice da ‘esquerda’ e, sempre segundo o Locutor, com particular relevo/responsabilidades para o PCP (C-3 e 4), redundou na aceitação tácita do «fatalismo» (de que o Locutor, como acima observei, soube estrategicamente distanciar-se, no parágrafo anterior) e conheceu um prolongamento trágico, e certamente mais pernicioso (que o Locutor igualmente crítica/censura) — a saber, o que chamarei de ‘perda do sentido correcto da resistência’. Na verdade, o Locutor alinha — e repare-se na força das palavras que emprega, particularmente das que eu sublinho — como índices expressivos dessa cumplicidade operada pela omissão e pela perda do sentido correcto da resistência o «*miserabilismo* neo-realista e as narrativas *amargas* e quase *masoquistas* dos anos de prisão» dos resistentes, e em particular dos comunistas. Uma tonalidade fúnebre de *lamúria* desvaloriza ainda mais fortemente estas manifestações de uma resistência sem desígnios, também ela descrente, vergada ao «fatalismo». Uma isotopia musical — construída sobre «*contraponto*» e «*fado*» — sublinha, amplifica, esta tão trágica quanto inesperada conjunção da ‘esquerda’ com a ‘direita’, vistas como articuladas, ‘cooperantes’, na ‘cristalização’ de uma situação de «melancolia e fatalismo». Repare-se ainda em que aquela isotopia musical é também servida por aquela tonalidade de *lamúria*, que se desprende como modulação marcante em «*miserabilismo*» (de «*miserabilismo* neo-realista»), e em «*fado*» (de «canção nacional», «fado oficial» e «fado da oposição») e que é amplificada no segmento que remata o enunciado C-3: «*histórias, ambas, de corações partidos, destinos destroçados, desenganos, tiranias e desgraças*». ¹⁵

6.5. Atente-se ainda em que esta ‘cristalização’ de uma «condição nacional» aparece construída como *estado resultativo*, marcado por um traço

¹⁵ Quero registar que esta visão *construída* pelo Locutor da postura dos antifascistas não deixa de ser polémica, e sobretudo contém uma representação desfocada e uma avaliação apressada da resistência antifascista. Haverá seguramente que ver aqui uma interferência de eventuais dimensões ‘evolutivas’ na formação ideológica do Locutor enquanto ser do mundo (Ver Nota 2).

de (quase) inevitabilidade — de resto, consiste com a dimensão de fatalismo dessa condição —, traço que encontra expressão tanto no lexema «*condicionar*» como nos *aspectuais* «*acabaram por*» (C-1) e «*açabou por*» (C-2).

7.1. No quarto parágrafo avulta de imediato, nos seus enunciados 1, 2 e 3, a anotação da «*persistência*» da situação negativa caracterizada nos dois parágrafos anteriores — persistência indiciada por sinais inequívocos contidos na «*literatura e no cinema nacionais*» dos últimos anos, que «*continuam a dar-nos exemplos expressivos de um imaginário marcado pela fatalidade e pela depressão*» (D-1 e 2). Registe-se que através de «*depressão*» o Locutor não deixa de reforçar a ‘negatividade’ da situação analisada, instaurando uma isotopia referida a «*degenerescência*» ou «*doença*», do *foro psiquiátrico*, que irá explorar em segmentos subsequentes do discurso.

7.2. Marcando o seu discurso de (mais) um explícito movimento argumentativo, daqueles sinais/exemplos expressivos, o Locutor selecciona para *ilustração/justificação* da sua asserção (D-2, que, de resto, também funciona como *justificação* da asserção anterior — D-1) o caso da realizadora (uma «*jovem*» «*identificada com o PCP*») Teresa Vilaverde.

Esta escolha não é inocente nem arbitrária: ela permite ao Locutor prolongar a dimensão de crítica/censura aos ‘antifascistas’, e ao PCP em particular, averbada antes, e obter uma ilustração relevante, cheia de actualidade jornalística e generalizadamente conhecida e reconhecida (através da referência a um filme recente, positivamente apreciado, e que ocupou destacado espaço na crítica especializada e não especializada). Mas o valor estratégico desta ilustração reside particularmente em que o Locutor sobre ela constrói, por um lado, a relevância imediata das considerações que, em D-4 e 5, preparam o quadro em que se situa a transição desta situação negativa do Passado, e, por outro lado, um contraste — em que se objectiva mais uma vez o já conhecido eixo de contraposições — com ‘outros jovens’ que aparecem referidos na sequência do texto.¹⁶

7.3. Nestas circunstâncias, e como se comprovará, estes enunciados D-4 e 5 obtêm uma relevância particular na progressão do discurso e na sua articulação aos segmentos antecedentes — ou seja, na configuração da

¹⁶ Há que reconhecer uma larga inadequação na evocação de Teresa Vilaverde: ela é exemplo reconhecido de sucesso. No entanto, a orientação argumentativa da sequência discursiva neutraliza essa inadequação, obrigando a seleccionar na evocação da jovem cineasta, não a dimensão do sucesso, antes a que respeita à persistência na consideração do «*fatalismo*»/«*tristeza*».

coerência local, sequencial e global do discurso — e uma autonomia ou individualidade no conjunto do quarto parágrafo, no qual se destacam por várias marcas, a analisar mais adiante.

7.4. No termo da análise proposta para os parágrafos II, III e IV (excluindo aqui, por razões já incipientemente registadas atrás, os enunciados D-4 e 5) não será difícil reconhecer que eles, em conjunto, realizam uma segunda macroestrutura do texto. Como elementos organizadores desta macroestrutura parecem salientar-se os seguintes: o desenho de um eixo temporal centrado sobre o passado, mas matizado, ao correr dos parágrafos, num passado mais remoto e num passado mais recente; o recorte de um crescendo de força assertiva que igualmente acompanha a sucessão dos parágrafos; a configuração de uma avaliação fortemente negativa dos estados de coisas sucessivamente referenciados ou da situação portuguesa do passado globalmente considerada; a anotação de uma excessiva duração da situação criada e vivida — anotação a que mais directamente me referirei de seguida.

8. Como acabei de registar, uma das linhas organizadoras da segunda macroestrutura do texto é constituída pela marcação da «*persistência*» de uma situação estativa globalmente negativa — a «*condição nacional*» feita de melancolia e fatalismo.

8.1. Como se sabe, as situações estativas são inerentemente durativas, mas tendem a evoluir: um estado representa habitualmente um equilíbrio mais ou menos precário construído num intervalo de tempo mais ou menos dilatado, mas que é delimitado, à esquerda, por uma fronteira inicial (I), e, à direita, por uma fronteira terminal (T):

.....I [.....] T.....>

Por natureza, os estados, se decorrem da transposição da fronteira *I*, tendem a transpor a fronteira *T* — o que se projecta como evento (inerentemente pontual) que marca a transição desse estado a um outro — logo, a projecção de um novo estado, num novo intervalo de tempo imediatamente subsequente ao tempo de mudança. A transposição daquela fronteira terminal coincide, como se compreende, com a cessação do estado anterior e representa ao mesmo tempo a fase ingressiva no novo estado.

8.2.1. No texto em análise, o estado de coisas caracterizado como globalmente negativo é visto como permansivo — valor aspectual assinalado por diversos lexemas dos enunciados de B, C e D e globalmente desprendido

do todo desses parágrafos, que recobrem, como já se apontou, um intervalo de tempo bastante longo. Ora, esta visão permansiva pode ser tomada de dois ângulos diversos: por um lado, pode ser conceptualizada como um alargamento do intervalo de tempo em que o estado de coisas se verifica — o que envolve a deslocação, para o intervalo de tempo adjacente à direita, do termo (*T*) desse estado; por outro lado, esse mesmo estado de coisas permansivo pode ser conceptualizado como o retardamento da transposição da mesma fronteira terminal desse mesmo estado vigente.

Em qualquer destas conceptualizações, pode juntar-se ao permansivo, por implicitação pragmática, uma dimensão de excesso — ‘excesso’ da permanência, do retardamento da transição a um outro estado.

8.2.2. No texto que nos ocupa, esta dimensão de excesso é inequivocamente implicada: dada a avaliação fortemente negativa da situação caracterizada e dada a sua atestada longa duração, gera-se com naturalidade uma expectativa de mudança, sucessivamente adiada.

O texto cria, então, e mais uma vez, uma tensão, imediatamente decorrente da contra-expectativa actualizada, dimensão que é acompanhada pela de excepcionalidade que marca toda esta situação permansiva.

Ora, com naturalidade passamos a conceber e a admitir — com base no conhecimento do mundo, na enciclopédia, e nas expectativas que eles autorizam — duas coisas: por um lado, que o ‘excesso’ ligado à situação permansiva caracterizada pode induzir uma ‘degenerescência’ grave objectável em ‘fixação neurasténica’, em ‘frustração’, que, por sua vez, poderão gerar uma ‘perda do sentido do real’; por outro lado, que o termo desta situação excepcional exigirá igualmente condições excepcionais. Precisaréi que este entendimento se apoia em particular num *topos* disponível, e consagrado mesmo em provérbio bem conhecido: ‘*Para grandes males, grandes remédios*’. Tal *topos* não é, naturalmente, dito no discurso — mas é por ele convocado como suporte da interpretação.

Pois bem: quanto ao primeiro daqueles dois pontos, registarei que ele é justamente considerado nos parágrafos seguintes, nomeadamente no sexto e no sétimo¹⁷; quanto ao segundo ponto, anotarei que ele é imediatamente explicitado no enunciado D-5, que fecha o quarto parágrafo: aí se assinala precisamente o que acima referi, pois o Locutor lembra que os ‘modelos’ se reproduzem, se perpetuam, por transmissão cultural das «*gerações anteriores*» para «*as gerações mais novas*», e coloca uma condição forte para que tal alguma vez se não consume: «*A não ser que estas [= as gerações mais novas] estejam disponíveis para romper com o passado — ou que o passado tenha esgotado para elas a sua capacidade de atracção — fazendo tábua rasa da memória histórica*».

¹⁷ Ver, adiante, 10.3.2.

Posta a questão nestes termos, o Locutor desenha no horizonte de expectativas dos seus leitores o preenchimento desta condição forte para a mudança — e com isso, fica também recortada a orientação previsível da sequência imediata do texto, nomeadamente: a configuração da mudança e do seu sentido; a sua avaliação; a prova de que essa mudança se operou e estabilizou; e o entendimento desta mudança como «perda da memória histórica».

Pode, assim, avaliar-se da relevância deste segmento discursivo, do lugar de charneira que ele ocupa na economia global do texto. Tudo isso responde pela individualidade e autonomia, que já atrás destaquei, deste mesmo segmento no interior do quarto parágrafo — com o que é claramente consistente a tonalidade sentenciosa, de expressão de uma verdade geral (servida pelo *presente* dos verbos, em claro contraste com os tempos do *passado* dos enunciados anteriores do mesmo parágrafo), que também caracteriza aqueles enunciados D-4 e 5.

8.2.3. Farei salientar que o preenchimento da forte condição expressa em D-5 («*A não ser que*») se vincula a um decidido impulso de vontade, que contrasta com o habitual processamento da transmissão de valores, que tem algo de passivo, de aceitação mais ou menos submissa. Verifica-se, então, que aqui se prolonga, e também ao nível das referências e das avaliações axiológicas, a oposição «*passividade*»/«*dinamismo*» ou «*conservadorismo*»/«*abertura à mudança*» que vem dos enunciados anteriores, e que percorrerá também os subsequentes — ou seja, que se inscreve em todo o discurso, situando-se no já nosso conhecido eixo de contraposição que o enforma.

9.1. São precisamente os tópicos que apontei em 8.2.2. que individualizam, de imediato, o quinto parágrafo do texto.

Nele, e de modo entrosado, se assinala uma «*mudança de atitudes e de mentalidades entre os «novos portugueses» dos anos 90*» (E-2); nele se avalia de modo francamente positivo essa mudança — mudança marcada pelo «*optimismo*» (em contraposição com o «*pessimismo atávico do comportamento nacional*» da fase anterior, que já conhecemos) — (E-2) —, pelo sentido de «*alegria e festa*», «*redescobertas sintomaticamente*» pelo PSR (à revelia da «*corrente dos soturnos rituais ideológicos da extrema-esquerda*» (E-3)); nele se especifica uma energia singular e generalizadamente assumida — e, de um modo significativo, pelos jovens (Ver «*movimento juvenil*», «*explode*» e «*fenómeno*») — desse optimismo, que decorre de, ou se identifica com, o valor «*sucesso*», ausente na situação anterior ou apenas presente em momentos esporádicos e em condições excepcionais, mas agora tornado «*novo emblema de uma revolução silenciosa*», como se sintetiza no início do parágrafo seguinte; nele, ainda, se

entende tal mudança como ruptura, que envolve o «fazer tábua rasa da memória histórica» (E-1) ou, como se repete em F-1, a criação de «uma espécie de grau zero da memória histórica».

9.2. Se estes tópicos salientes, e o vigor com que são tratados, individualizam, como já aponte, este quinto parágrafo, no mesmo sentido actuam alguns dispositivos empregados na sua configuração discursiva.

9.2.1. A força expressiva deste segmento é, de imediato, instalada pela escolha do léxico, em que destacarei:

— «*explode*» (E-1), que marca não só a ‘violência’ que sempre comporta uma ‘ruptura’ grave — como o é a ruptura com a memória histórica —, mas também o ‘vigor’ de uma manifestação que encontra adesão generalizada e se conecta com o sentimento ou a percepção de ‘transição tardia’ agregada à «persistência» de uma situação negativa, que finalmente cessa;

— «*movimento juvenil*», que, em sintonia com «*explode*», assinala aquela adesão generalizada, liderada significativamente pelos jovens, à mudança operada;

— ««novos portugueses» dos anos 90», que marca uma clivagem com os portugueses da ‘geração anterior’, generalizadamente afectados, como se viu e agora se repete, por um «pessimismo atávico» (E-2);

— «*um fenómeno* como o do PSR», que contém uma alusão a algo de salientemente inesperado, mas também de fortemente afirmativo;

— «*optimismo*»/«*pessimismo*», contraposição marcada (E-2), reforçada ainda, no pólo «pessimismo», pelo adjectivo «*soturnos*» (E-3).

9.2.2. Mas a força expressiva deste parágrafo reside particularmente nos dispositivos retóricos ou enunciativo-pragmáticos projectados na construção discursiva.

9.2.2.1. Todos os enunciados por que se realiza este parágrafo estão formulados em pergunta retórica de polaridade negativa. Valem, como se sabe, por asserções fortes de polaridade inversa. Note-se que esta força assertiva positiva não é esbatida pela modalização tendencialmente dubitativa, orientada para a mera plausibilidade, contida no futuro («não será...?»—E-1), no condicional («não estaria...?» — E-2) e, de novo, no futuro («não será...?» — E-3).

9.2.2.2. Através da pergunta retórica é accionado ainda um dispositivo fortemente argumentativo. Percorre, então, todo este parágrafo —

constituindo visivelmente um dos seus grandes eixos organizadores — um movimento argumentativo matizado, que visa anular contra-discursos. Em cada caso, o contra-discurso é construído pelo Locutor como uma *doxa*, tomada como disponível, e convocada para ser refutada categoricamente. Configura-se, pois, aqui (mais) um momento de polifonia, desenhada agora como fricção de vozes, de que resulta o triunfo da voz do Locutor. Atente-se em que este movimento argumentativo-refutativo é claramente manipulador: o Locutor, ao perguntar, demonstra uma tendencial abertura, constrói-se como dialogante, mas logo impõe a sua resposta de polaridade inversa à que parece admitir, implicando pragmaticamente a fragilidade do contra-discurso e dos seus eventuais suportes. É claro que já se pôde identificar esse contra-discurso com uma asserção negativa correspondente à interro-negativa do texto — de onde decorre que a fricção de vozes referenciada se dá na oposição entre «*não é...*», «*não está...*», «*não é...*» do contra-discurso, e «*é...*», «*está...*», «*é...*» do Locutor (respectivamente em E-1, E-2 e E-3). Tenha-se ainda presente que aquela dimensão de manipulação contida na pergunta retórica se objectiva também na circunstância de o Locutor simular dar a palavra a um alocutário, para no mesmo movimento lhe negar o estatuto de interlocutor. É clara ao mesmo tempo a desvalorização deste interlocutor que não chega a sê-lo, como também é clara a desvalorização do contra-discurso anulado — e do seu autor ou proferidor, que o Locutor põe em cena.

9.2.2.3. Por outro lado, todos os enunciados do mesmo parágrafo activam pressuposições: as expressões definidas («*o movimento juvenil em volta de Cavaco Silva*» — E-1; «*O optimismo cultivado por Cavaco Silva*» — E-2; «*os «novos portugueses» dos anos 90*» — E-2) activam uma pressuposição existencial, e o adjectivo «*significativo*» (E-3) pela factividade positiva que comporta desencadeia uma pressuposição de verdade, cumprida no seu sujeito frásico construído em torno de «*se afirmar*».

Pois bem: é sabido que as pressuposições representam um dispositivo de alto rendimento na construção e no funcionamento dos discursos, por configurarem um quadro intelectual em que a comunicação se desenvolve — quadro intelectual (pré-construído, objectivado em pré-asserções) que é verdadeiramente imposto ao Alocutário (em contraste com o *posto*, que lhe é tão só proposto). As pressuposições apontadas impõem verdadeiramente, dão como decididamente disponíveis e reconhecidos, os segmentos do real e os estados de coisas referidos.

Veja-se, então, que este dispositivo consubstanciado na imposição de pressupostos se casa harmoniosamente com as perguntas retóricas em que é inscrito, potencializando-se mutuamente no desenho de uma particular força assertiva.

Repare-se ainda em que através das pressuposições se convocam para o discurso *outras vozes* — pelo que encontramos neste segmento discursivo um novo momento de polifonia. Estas outras vozes — que são, agora também (particularmente por força do que considerarei no número seguinte) *doxas*, vozes avançadas como correntes —, acolhe-as o Locutor, que a elas junta, agora em convergência, a sua própria voz.

9.2.2.4. A vincada força assertiva que, nos termos propostos, percorre todo este quinto parágrafo parece ainda ampliada por uma outra dimensão subtil. Desprende-se, efectivamente, de todos os enunciados em análise o matiz de que o Locutor, afinal, *fala em nome do real, em nome das 'coisas'*, ou seja, que o Locutor, afinal, empresta a sua voz à voz, incontestável, do mundo — sendo, então, que é por essa via poderosa (que envolve o caso mais marcado de polifonia concordante) que se recorta mais vincadamente o efectivo vigor assertivo de todo o parágrafo. De resto, com tal atitude o Locutor desenvolve também, e de modo muito subtil, (mais) um momento da sua estratégia de credibilização¹⁸.

9.3. Há, entretanto, outros elementos importantes neste parágrafo.

9.3.1. Referenciarei, em primeiro lugar, o notório envolvimento do Locutor com este segmento do seu discurso. Esse envolvimento — que é mais exactamente adesão — decorre liminarmente da já comprovada força assertiva que percorre os enunciados, e é também consistente com a similar postura evidenciada pelo Locutor na 'condenação' feita, nos termos já analisados, na macroestrutura anterior à situação negativa aí configurada. Como acima já registei, esta postura crítica, habilmente servida pela estratégia de credibilização oportunamente instaurada, habilitou o Locutor com a legitimidade necessária para, agora, aderir com entusiasmo à nova situação. (Atente-se em que esta legitimidade decorre já da conhecida e reconhecida independência crítica do Locutor e ainda da sua, também atestada, formação ideológica — dados disponíveis a partir da enciclopédia, como já ficou devidamente averbado¹⁹).

9.3.2. Por outro lado, importa sublinhar que aquela particular força assertiva imprime a este segmento do discurso uma clara orientação persuasiva: esta dimensão perlocutória (a que voltarei mais adiante²⁰) constitui, então, também um poderoso eixo organizador deste quinto parágrafo.

9.3.3. Ao mesmo tempo, há que reconhecer que do enunciado E-2 — em que se refere que o «*optimismo cultivado por Cavaco Silva*» estará «*em*

¹⁸ Ver a este propósito, mais abaixo, 10.3.3.

¹⁹ Tenha-se, entretanto, em conta o conteúdo das Notas 2 e 15.

²⁰ Ver 12.7.

sintonia com uma mudança de atitudes e mentalidades entre os «novos portugueses dos anos 90» —, se desprende uma valorização clara do próprio Cavaco Silva e do PSD: eles souberam pressentir esta ‘nova mentalidade’, e Cavaco Silva soube protagonizar essa percepção. Atente-se em que esta qualificação — que não deixa de arrastar uma desqualificação dos outros partidos — despoleta uma valorização da campanha eleitoral do PSD (cujo discurso, ao conter como pólo de referência insistente o *sucesso*, representa já por isso mesmo um dado novo — uma mudança — positivamente avaliado) e contém um ‘esclarecimento’ básico para o entendimento do «segredo» da vitória do PSD, partido que (nos termos de A-1) se mostrou «hábil» e «eficaz» a congregar, a ‘associar’ «dois valores de algum modo contraditórios» (que sabemos ser «estabilidade» e «sucesso»). Vemos ainda — e importa anotá-lo — que esse mesmo ‘esclarecimento’ deve ser aplicado na compreensão definitiva da mitigação — e do correlativo distanciamento cauteloso — que, como oportunamente sublinhei, marca, na macroestrutura introdutória, o estabelecimento pelo Locutor da «contradição» entre aqueles valores.

9.3.4. Anotarei ainda que aí também se contém já alguns elementos que justificam que o Locutor tenha querido ilustrar, no parágrafo anterior, a «persistência» da situação negativa com a referência a uma jovem cineasta afecta ao PCP (D-3). Na verdade, fica estabelecido um nítido contraste (inscrito, como já acima lembrei, no já mencionado eixo de contraposições) entre essa jovem — que é vista como continuando presa ao pessimismo e ao fatalismo da situação negativa anterior — e os jovens (referenciados em «movimento juvenil em volta de Cavaco Silva» (E-1), em «os novos portugueses» dos anos 90» (E-2), e mesmo em «um fenómeno como o do PSR» (E-3)) que são apresentados, como já se viu, como encarnando uma nova mentalidade, cuja referência emblemática é justamente o «sucesso», nova mentalidade vista ainda como contendo ou representando uma «ruptura com a memória histórica», que aquela jovem cineasta parece não realizar.

Outras dimensões deste eixo de contraposições se recortam com nitidez neste mesmo parágrafo. De entre elas mencionarei a que retoma a visão negativa desenhada na segunda macroestrutura do texto, já analisada: aí o sucesso era visto, como vinquei, como algo de longínquo, de ‘fatalmente’ arredado dos portugueses, como uma miragem inconsistente. Pois agora, na situação do Presente (aberta ao Futuro), o sucesso anuncia-se como uma realidade tangível e acessível à generalidade dos portugueses, que, ‘rompendo com a memória do passado’, desse valor já fizeram a ‘referência emblemática’ de «uma revolução silenciosa» que a todos galvaniza, que «explode hoje na sociedade portuguesa» e que encontra «expressão sintomática» no «movimento juvenil em volta de Cavaco Silva», ele próprio se afirmando animado de um «optimismo» contagiante.

10.1. Um dos tópicos ou sub-tópicos do segmento discursivo antes analisado era, como se recorda, o que referi como 'entendimento da mudança como ruptura com o passado ou como o fazer tábua rasa da memória histórica'. Este tópico é retomado no sexto parágrafo, preenchendo-o do seu início ao seu termo.

Compreende-se que este tópico seja assim longamente retomado, pois que uma 'ruptura com o passado', o 'fazer tábua rasa da memória histórica' ou, como se diz em F-1, o criar de «uma espécie de grau zero da memória histórica» não são questões triviais. Sabe-o bem o Locutor — e sabe também que outros pensam de igual modo.

10.2. Neste sexto parágrafo, encara-se, então, um conflito de opiniões, um conflito de vozes. Como eixo dominante encontramos, efectivamente, nesta sequência uma polifonia marcada pela discórdia, pela fricção de vozes.

10.2.1. No primeiro segmento polifónico — «*Redutor? Sem dúvida. Mas também libertador.*» (F-2, 3 e 4) —, o Locutor constrói um diálogo concentrado, que convirá desmontar.

Em «*Redutor?*», o Locutor replica a uma objecção que deverá ser reconstituída do seguinte modo:

— Tu/Vocês *objectas/objectam* ao que eu digo ['que os jovens operaram uma ruptura com o passado, com a memória histórica...'], *acusando-os*²¹ de simplistas, de praticarem uma redução abusiva;

— A isso, eu respondo: É verdade. («*Sem dúvida.*»)

— E *contra-argumento*: Mas é também verdade que tal é libertador — sendo que o 'ser libertador' constitui argumento mais forte em favor da 'positividade' da atitude em referência do que o argumento que tu/vocês usas/usam para diminuir essa 'positividade' (dizendo que tal ruptura constitui uma redução abusiva)'.
 Encontramos aqui o esquema argumentativo

A, mas B,

em que o conector «*mas*» funciona como «*Mas-PA*»²², articulando argumentos anti-orientados, que servem, portanto, conclusões antagónicas

²¹ Esta *acusação* pode ser entendida como dirigida também ao próprio Locutor, a quem explicitamente cabe o entendimento da nova mentalidade dos jovens como ruptura com o passado. Temos, assim, aqui uma instância de *poli-audição* a marcar um acto ilocutório.

²² Ver os diversos trabalhos em que O. Ducrot se ocupa deste conector argumentativo, por exemplo, DUCROT, O. — *Deux mais*, in «*Syntaxe et Sémantique du Français*» (= «*Cahier de Linguistique*» — Québec —, n.º 8), 1978. Ver também, para o português, BARROS, Clara Araújo — *Construções contrastivas em português*, (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras do Porto), 1986.

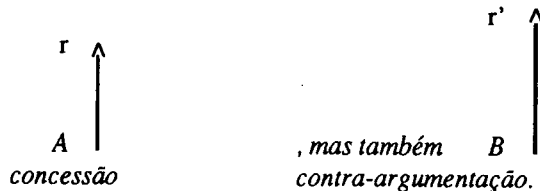
(respectivamente, r e r'), sendo que o argumento B é mais forte para a conclusão r' que o argumento A para a conclusão r . O conector argumentativo traz, pois, consigo um acréscimo informativo (reforçado, aliás, no discurso através de «também» — «Mas também...») que marca uma contra-posição da parte do Locutor enformada por um maior peso argumentativo.

Aquele diálogo, que desmontei, é tão eficaz quanto económico, e comporta, visivelmente, um duplo movimento discursivo,

a. de *concessão* — em que se configura um momento de acordo, assinalado em «Sem dúvida»;

b. (seguida) de *contra-argumentação* — que, servida pelo semantismo de «mas», marca um momento de desacordo, de que se desprende uma força argumentativa decisiva no sentido da avaliação positiva da ruptura operada. Convém observar que esta orientação encarecedora da ruptura coincide justamente com a marcação da maior força argumentativa que, como acima procurei registar, é atribuída por «mas» ao segmento que introduz (F-4). Neste se cumpre integralmente a instrução discursiva que «mas» comporta, segundo a qual o segmento que introduz deve apresentar-se como argumento mais forte que aquele que é invalidado: na verdade, tal se concretiza por inteiro em «libertador», termo que congrega em si uma 'positividade' ligada à irradiação de sinergias, consistentes com «criatividade» e «dinamismo», articulados, como já sabemos, a «sucesso». Outros traços do semantismo daquele mesmo termo, que apontarei no último parágrafo de 10.3.2., são também consistentes com o que acabei de registar.

Poder-se-á condensar o funcionamento daquele movimento argumentativo no seguinte esquema (tenha-se presente o que acima ficou anotado — r e r' representam conclusões antagónicas, sendo anti-orientados os argumentos que as servem/apoiam/favorecem):



10.2.1.1. Vem a propósito considerar que a anulação de um contra-discurso — como agora se viu e como também havia acontecido acima — traz consigo uma tendencial indicação de que o Locutor é 'dialogante', aberto à consideração de vozes discordantes, sensível na sua percepção, ponderado nas suas atitudes e opiniões, sem que com isso deixe de ser firme nas suas posições. Ou seja: neste como noutros momentos em que o Locutor

convoca contra-discursos para os anular está de novo presente, pela via que acabei de apontar, uma estratégia de credibilização, mas está também actuante uma outra estratégia — a estratégia do reforço adequado, potencializado, do seu próprio discurso, das teses que nele sustenta, dos pontos de vista que defende.

10.2.1.2. Estas estratégias comportam ainda uma outra dimensão, que convirá não ignorar: é que a anulação de um contra-discurso traz também consigo a desvalorização desse mesmo contra-discurso anulado e do seu autor. Tal revela-se constituir certamente, por contraste, uma via complementar de valorização do discurso ‘anulador’, ou seja, da voz do Locutor, que triunfa sobre as outras.

10.3. No enunciado subsequente ao agora considerado, ou seja, em F-5, está contida uma similar polifonia e um movimento discursivo próximo do analisado, mas desenvolvido com uma modulação bem mais incisiva.

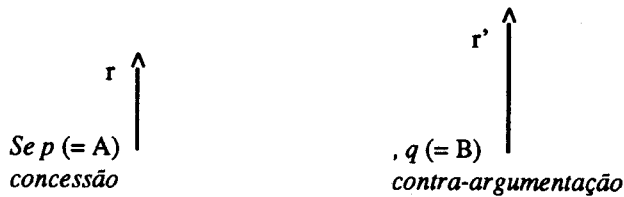
10.3.1. A pseudo-condicional «*Se a ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias !...! é indiscutivelmente irritante*» exprime um momento de concessão — de claro acordo, reforçado, de resto, com o modalizador assertivo «*indiscutivelmente*» — a um novo contra-discursivo.

Este contra-discurso prolonga o que vimos operar no enunciados F-2, 3, 4, e nele se ouve uma acusação/crítica/censura dirigida aos jovens ²³, que, com a ruptura com o passado, tenderão a substituir, ou passaram já a substituir, o culto de mitologias ‘clássicas’ pelo culto de mitologias bem triviais, ‘despolitizadas’... O Locutor não hesita em reconhecer alguma ingenuidade da parte dos jovens nesta atitude, e inequivocamente converge com a ‘condenação’ ou, pelo menos, ‘desaprovação’, que se desprende daquela crítica/censura, de tal atitude. No entanto, no segmento do mesmo enunciado realizado em pergunta retórica, que constitui, como se verá melhor já de seguida, uma contra-argumentação, desvaloriza o alcance da acusação, invocando, e sublinhando, algo de bem mais decisivo, porque fundamental: retomando o argumento da «*libertação*» utilizado no enunciado F-4, o Locutor insiste em que a ruptura representa um saudável e fecundo «*corte com a fixação neurasténica, derrotista e fatalista da «condição portuguesa»*», sendo que tal constitui argumento mais forte para a ‘positividade’ dessa ruptura do que o argumento jogado no contra-discurso a favor da avaliação negativa dessa mesma atitude.

Como já se constatou, aquele primeiro momento de acordo — de concessão — prepara um momento de contra-argumentação, cujo valor e

²³ Ver, entretanto, 10.3.3. Ver também 10.2.1.

orientação acabei de caracterizar. Já se reparou em que opera neste movimento argumentativo o mesmo esquema básico que vimos enformar a contra-argumentação desenvolvida nos enunciados F-2, 3, 4, que, acima, em 10.2.1., analisei. Esse esquema — *A*, *mas B* — surge agora numa outra solução sintáctica, que se apresenta como a articulação de uma pseudo-condicional (que funciona com um valor concessivo) com uma pergunta retórica em «*como não...?*» (que retomarei no número seguinte): o elemento *A* identifica-se com a asserção contida na pseudo-condicional — e, por força desta configuração sintáctica, tal asserção remete para um estado de coisas pressuposto como verdadeiro, como real —, enquanto ao elemento *B* corresponde a asserção que se inscreve na pergunta retórica. Numa representação esquemática, teremos:



10.3.2. Como acabei de anotar, a contra-argumentação contida no enunciado em análise está formulada em pergunta retórica — de polaridade negativa.

Resulta imediatamente daí uma particular força expressiva. Lembrei acima que uma pergunta retórica negativa vale como uma asserção positiva forte e que contém, de forma condensada, um movimento argumentativo singular, que analisei. Não quereria repetir-me, mas importa ver que todas as virtualidades argumentativas — e também manipuladoras, segundo se viu — concentradas numa pergunta retórica são aqui ampliadas pela circunstância de a presente pergunta retórica comportar um *como*, na formulação «*como não entender...?*». O Locutor de uma tal 'pergunta' implícita pragmaticamente uma desvalorização (de resto, já indiciada pela própria contra-argumentação, nos termos das considerações que atrás pude tecer) de eventuais argumentos a utilizar para 'não entender', argumentos que são vistos como inequivocamente fracos ou mesmo como não existentes. Acontece ainda que na mesma pergunta retórica «*como não entender...?*» o Locutor implícita pragmaticamente também uma dimensão ilocutória de crítica/censura 'aos que não entendem' (que responde directamente — anulando-a também — à crítica/censura que anotei como presente no contra-discurso), desqualificando-os com a anotação de 'falta de sentido do real' que lhes endossa.

Todos estes traços se acumulam na pergunta retórica em análise — da qual se desprende ainda a indicação, típica de uma contra-argumentação, de que nesse segmento se contém uma contra-posição, servida, como já apontei, por um argumento mais forte que a objecção levantada, a que convenientemente responde.

Torna-se claro que este argumento mais forte joga a favor da avaliação positiva da «ruptura» — avaliação positiva que é ainda encarecida pela identificação, que também já deixei anotada, dessa ruptura com um «corte com a fixação neurasténica, derrotista e fatalista da «condição portuguesa»».

Registe-se que esta representação da ruptura operada como «um corte com a *fixação neurasténica...*» instaura uma isotopia organizada em torno de «*degenerescência*», de «*doença*» (do foro psiquiátrico) que se revela particularmente forte e, na mesma medida, desvalorizadora. Registe-se ainda que tal isotopia permite interpretar «*libertador*» do segmento contra-argumentativo desenvolvido em F-4, termo que é aqui, como já apontei acima, retomado, vinculando-se justamente a uma área psiquiátrica, a da *catarse* enquanto ‘cura’ ou via de tratamento de «*fixação*». Esta isotopia irradia para outros segmentos do discurso, tendo já aflorado em D-2 (em «*depressão*»), e surgindo com larga relevância no último parágrafo do texto²⁴.

10.3.3. Devo lembrar mais uma vez que o contra-discurso anulado em F-5 não representa uma banalidade. E devo também acrescentar que a crítica/censura nele contida aos «novos portugueses», também se dirige ao próprio Locutor²⁵, que é tendencialmente acusado de ao encarecer a «ruptura com o passado», com as mitologias ‘tradicionais’, e ao mostrar aderir a essa mesma ruptura, estar a pactuar com a «*ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias*» (ilustradas sumariamente, naquele mesmo enunciado, com algo de trivial, mas de larga audiência na comunicação social, logo, de assegurada oportunidade jornalística e de generalizado conhecimento do público...).

É seguramente a consciência da gravidade do conteúdo desta abrangente acusação contida no contra-discurso que leva o Locutor não só a convocá-lo — para o anular categoricamente — como também a desenvolver a contra-argumentação do modo como vimos que o fez, nomeadamente com a veemente força assertiva obtida pelos meios que destaquei.

No mesmo sentido opera aqui uma outra dimensão, a registar convenientemente: é que toda esta veemência posta na contra-argumentação se harmoniza com o sentimento que o Locutor induz aos leitores de que, mais uma vez²⁶, *fala em nome da verdade*, de que apenas empresta a sua voz

²⁴ Ver mais abaixo, e também 8.2.

²⁵ Ver 10.2.1.

²⁶ Ver 9.2.2.4.

à voz do mundo, à voz das 'coisas' — que convém escutar atentamente. Trata-se de mais um momento de polifonia, desenvolvida numa tonalidade vincada, como ficou apontado acima. Não se negará, claro, que desse modo o Locutor também se qualifica — e aqui encontramos, afinal, mais um momento da estratégia de credibilização, que, pelos vistos, vai percorrendo todo o discurso, aflorando de modo nítido, embora implícito, em momentos particularmente relevantes. Aqui, essa qualificação residirá em que o Locutor não apenas sabe ouvir os contra-discursos e ponderá-los, como também, e sobretudo, sabe (ou, mais que isso, tem a sensibilidade necessária para) escutar a voz do mundo, reconhecer a evidência das 'coisas'... Por contraste, é o contra-discurso fortemente desqualificado, e os seus proferidores também, pois não sabem ver o que se oferece como evidente, não sabem (não têm sensibilidade para) escutar essa voz do mundo, das coisas... Mas, observe-se, tal estratégia de credibilização é posta imediatamente ao serviço do reforço da voz do Locutor: ele sabe também suportar essa sua voz com a voz insuspeita do mundo; essa sua voz aspira, assim, também, e de modo subtil, a ser escutada e sobretudo a ter o mesmo valor de voz insuspeita.

10.4. Os comentários avançados nos números anteriores habilitam a ver uma particularmente clara continuidade, e uma similaridade também, entre o quinto e o sexto parágrafos. Poderão, assim, ser tomados como realizando, em conjunto, uma terceira macroestrutura do discurso em análise, cuja identidade se reforça ainda por contraste com a macroestrutura anterior (correspondente, como se viu, aos parágrafos D, C e D) e também com a que veremos constituir o parágrafo que encerra o texto, e que me falta considerar de perto.

11.1. O último parágrafo do texto é animado por um movimento argumentativo múltiplo, em que se projecta uma forte fricção de vozes. O locutor convoca aqui também contra-discursos, para uma vez mais os anular de modo categórico.

Essa convocação de contra-discursos não dá agora lugar, em nenhum momento, como deu no último parágrafo analisado, a contra-argumentação, antes sempre a refutação. Observe-se que a contra-argumentação comporta, como acima se viu, um momento de convergência, de acordo entre as vozes em conflito — manifestado na concessão; por sua vez, a refutação, nomeadamente na sua modalidade mais forte (que é precisamente a que opera neste texto) prescinde deste estágio intermédio de acordo, e instaura decididamente uma rejeição total do contra-discurso, numa manifestação de desacordo frontal. É esta modalidade forte de refutação que encontramos, de modo exclusivo, no último parágrafo do texto, que, assim, conta como eixo organizador básico justamente a realização de um complexo ilocutório sequencial refutativo.

11.2. São dois os movimentos refutativos que aqui operam.

11.2.1. O primeiro destes movimentos está recortado em G-1. O que se contém neste segmento pode ser assim especificado:

‘Uma certa cultura arqueológica da esquerda, irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhãs que não chegaram a cantar, acha que o sucesso é um valor redutível à «lei da selva» do egoísmo capitalista e/ou ao cinismo «yuppie» em voga na década de 80; é consabidamente falso que seja assim’.

11.2.1.1. Observe-se, em primeiro lugar, que neste segmento (correspondente a G-1), o Locutor relata uma opinião. Por outras palavras: o Locutor dá a voz a ‘uma certa cultura...’. Segundo esta voz, ou seja, para os proferidores desta opinião — e note-se que se trata de uma voz plural, suficientemente identificada — ‘é verdade que o sucesso é redutível à «lei da selva» do egoísmo capitalista e/ou ao cinismo «yuppie» da década de 80’. Esta voz está em conflito aberto com uma outra — que é também uma voz plural, mas, neste caso, uma *doxa* — segundo a qual aquele estado de coisas ‘é falso’.

Já se compreendeu que esta *doxa* e a polaridade negativa que a afecta resultam da factividade negativa de «pretende», que justamente activa uma pressuposição de falsidade. *Contra* esta voz se ergue a voz de «uma certa cultura...» — no que fica, desde logo, configurado um conflito, um dissenso, entre essas vozes, e, logo, um momento de polifonia, divergente: para «uma certa cultura», ‘o sucesso reduz-se à «lei da selva»...’; segundo a *doxa*, ‘o sucesso não se reduz à «lei da selva»...’.

Ponto crucial é o que respeita à posição do Locutor sobre este conflito de vozes que ele próprio convoca. Essa posição é de clara rejeição da opinião do sujeito de «pretende» [«uma certa cultura»]. Essa rejeição é de realização particularmente nítida na *negação polémica* em G-1, e é ainda explicitamente reforçada, nesse mesmo enunciado, através do segmento introduzido por «*Contra...*». Por essa duas vias — e ainda por uma outra a especificar mais abaixo —, o Locutor acaba por juntar a sua voz à voz da *doxa*, refutando ao mesmo tempo a voz de «uma certa cultura», ou seja, precisamente o contra-discurso avançado. Não será preciso sublinhar a matizada e saliente polifonia inscrita neste enunciado.

11.2.1.2. Para a rejeição deste contra-discurso, bastaria obviamente a *negação polémica* já referida. O Locutor não se contentou com isso, e ao utilizar o verbo de relato de discurso «pretende» reforçou já essa sua

posição, pois que esse verbo traz já a invalidação do discurso relatado (isto é, do contra-discurso) por força da pressuposição de falsidade que activa.

Interessará, no entanto, sublinhar que o semantismo de «pretende»²⁷ não garantiria a configuração inequívoca de uma tal posição do Locutor: é que, como também já acima vinquei, ao optar pelo formato discursivo do relato, o Locutor implícita pragmaticamente algum distanciamento em relação ao discurso relatado — neste caso em relação à falsidade do estado de coisas contido no segmento discurso em que se cumpre aquela pressuposição —, no que se consubstanciaria alguma adesão à opinião atribuída ao sujeito de «pretende», para quem aquele estado de coisas não é falso, antes verdadeiro.

Ora, o Locutor, tendo plena consciência de que tal estaria disponível a partir da sua opção pelo relato, apressa-se a cancelar essa implicação, justamente através do segmento introduzido, em G-1, por «Contra...». Esta preocupação é reveladora de uma inequívoca vontade de marcar vincadamente a rejeição do contra-discurso.

Convém ainda atentar em que este efeito estava já obtido por uma outra via — o que, pelos vistos, não seria ainda suficiente para o Locutor. Na verdade, a opinião relatada — como sabemos, o contra-discurso convocado — aparece também imediatamente desvalorizada (e muito fortemente) por obra de vários elementos presentes em G-1. Essa desvalorização operada pelo Locutor não pode senão indiciar uma recusa da sua parte em subscrever essa opinião. Verifica-se, de facto, que actua imediatamente no sentido daquela desvalorização a anotação de que os proferidores dessa opinião são em número reduzido: trata-se apenas de indivíduos afectos «à esquerda», e, ainda, de um sector restrito dessa «esquerda» — como o exprimem quer o quantificador «uma certa» quer a adjectivação, igualmente restritiva, manifestada em «arqueológica», e ainda em «irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhãs que não chegaram a cantar». Mas, como salta à evidência, no mesmo sentido da desvalorização actuam — e de modo muito forte — as avaliações depreciativas agregadas quer àquele quantificador quer àquele adjectivação, que se revela mesmo virulenta. Para além do epíteto francamente depreciativo «arqueológica», os outros segmentos destacados vêem a sua contudência ampliada pela instauração de uma isotopia particularmente negativa, porque construída sobre o já nosso conhecido eixo de «degenerescência» ou de «doença», do foro psiquiátrico (domínio a que anda associada uma marcada depreciação), de resto apodadas de «incuráveis», de «irremediáveis».

²⁷ Ver BERRENDONNER, A. — «Le fantôme de la vérité. Questions sur l'assertion», in *Éléments de Pragmatique Linguistique*, Paris, 1981. Observo que a noção de *pressuposição* (e a dos *agentes de validação* que ela envolve) com que venho operando neste trabalho assenta directamente naquele mesmo estudo de A. Berrendonner.

ELOGIO DO SUCESSO

Tenha-se ainda em conta que a desvalorização do contra-discurso é também obtida pelo contraste que se levanta entre, de um lado, o número restrito (e, segundo se apurou, desqualificado) dos seus proferidores, e, do outro, uma voz que é apresentada como 'voz corrente', que corresponde a uma *doxa* — e é, por isso mesmo, uma voz qualificada.

11.2.2. O segundo movimento refutativo que se concretiza no parágrafo em análise, e mais exactamente em G-2, 3-4, é complementar do primeiro, que acabei de comentar, e apresenta uma configuração ainda mais complexa e uma força expressiva ainda mais acentuada.

11.2.2.1. Convirá reparar de imediato em que globalmente este conjunto de enunciados cumpre uma função de *justificação* (ou de *justificação-explicação*, valores ilocutórios reconhecidamente vizinhos, contíguos, sendo não raro difícil distingui-los com clareza) em relação à asserção realizada no enunciado G-1, respondendo à já antes invocada condição de veracidade dos actos assertivos.

11.2.2.2. Paralelamente, esses mesmos enunciados concretizam, como acima refiro, um movimento refutativo, que importa analisar.

11.2.2.3. Em G-2, faz-se a anulação categórica de um contra-discurso que se apresenta nos seguintes termos:

'O gosto da afirmação individual, a competição no terreno do mérito, da competência e da criatividade, o sentido do risco e a recusa da mediocratização social são contraditórios com a compaixão, a entreajuda e a solidariedade'.

A anulação deste contra-discurso — onde tem lugar, portanto, mais um momento de polifonia, marcada por conflito de vozes — é operada, como se pode verificar facilmente, pela negação polémica, expressa em «*não*», que sobre esse contra-discurso o Locutor aplica.

Não se esgota, porém, nesta anulação a refutação do contra-discurso. Neste caso, ela prolonga-se por um momento de substituição rectificativa, correctiva, desse mesmo contra-discurso: o Locutor especifica de modo explícito um discurso a ser 'colocado' em vez, no lugar do contra-discurso anulado.

A instrução correctiva é dada, claramente, pelo conector argumentativo-refutativo «*pelo contrário*», reforçado ainda por «*antes*», que introduz o referido segmento correctivo, que terei de analisar.

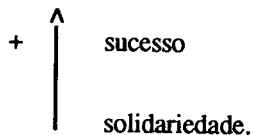
11.2.2.4. O semantismo (e, logo, o funcionamento discursivo) deste conector faz dele um inversor da polaridade do termo a que se aplica — ou

de uma orientação polar criada e endossada a esse termo por implicação pragmática ligada a esse conector. Por força desta inversão, o mesmo conector contém uma instrução discursiva que estipula que o segmento rectificativo comporte uma orientação encarecedora — a entender também como configuração de um argumento mais forte para uma dada conclusão.

11.2.2.4.1. Não posso escamotear que o segmento que me ocupa apresenta algumas (veremos que aparentes) dificuldades no que tange à aplicação do semantismo integral daquele conector. Na verdade, e no essencial, não é imediatamente concebível o 'contrário' de «(ser) contraditório» e, ainda menos o é a especificação de uma inversão que se oriente para «mais», a tomar também como orientação para um encarecimento argumentativo.

Esta dificuldade reside, afinal, na impossibilidade de construir uma escala, desenhadora de uma *relação de ordem*, em que figurem termos contraditórios, pois que, por natureza, se excluem mutuamente, não cabendo também por isso numa mesma escala. Aquela instrução de inversão consignada em «(Antes) pelo contrário» conduz exactamente à inversão de uma relação de ordem, de um escalonamento escalar — e este não é susceptível de ser recortado entre termos contraditórios.

Acontece, porém, que o enunciado G-4 nos fornece a chave para resolver esta dificuldade imediata. Na verdade, aí o Locutor estabelece uma hierarquia, uma relação de ordem, entre os termos (refiro sumariamente) «sucesso» e «solidariedade» — hierarquia ou relação de ordem erguida com referência a um critério de *prioridade racional*, e que se pode esquematizar assim:



Justamente sobre esta escala — entendida, sublinhe-se, como referida a um critério ou dimensão de prioridade racional — é possível reconstruir a escala que implicitamente opera no contra-discurso anulado, e que não é mais que a acima esquematizada, mas com a ordem dos termos invertida. É claro que a inversão da escala traduz a maior força argumentativa atribuída ao termo «sucesso», assegurando a orientação encarecedora imprimida ao segmento discursivo que o conector introduz. Deste modo, fica integralmente cumprido o semantismo de «(antes) pelo contrário».

Sublinhei acima que esta escala assenta num critério de prioridade racional. Tenho que justificar. Para tal, destacarei que o último enunciado do texto se apoia decisivamente num *topos* argumentativo assim formulável:

«Quanto mais sucesso, mais (possibilidades de uma efectiva) solidariedade».

Estabelece-se, precisamente, neste *topos* — e interessa observar que, com ele, se inscreve no discurso uma nova *doxa*, configurando um novo momento de polifonia — uma *ordem racional*, segundo a qual o sucesso — ou, mais rigorosamente, *só o sucesso* — gera (a possibilidade de) uma solidariedade digna desse nome. E é em consonância com este *topos*, é servindo-se dele, que o Locutor recorta em G-4 uma *prioridade absoluta* para o sucesso, visto como *condição necessária* para a solidariedade.

11.2.2.4.2. Repare-se em que este enunciado terminal ao mesmo tempo que estabelece o discurso rectificativo, correctivo, do contra-discurso refutado, contém ele mesmo um movimento refutativo. Este movimento refutativo é subsidiário do anteriormente considerado, nele se encaixando ao serviço de uma refutação global do contra-discurso que opera em G-2.

A organização interna e o funcionamento deste enunciado terminal merece ainda algumas observações.

O contra-discurso que aí se faz ouvir deve ser assim formulado: ‘Não há lugar para a solidariedade e o sucesso’. Importa sublinhar que este contra-discurso (operante em G-4) constitui uma implicação do contra-discurso que é anulado em G-2, segundo o qual, sendo aqueles dois valores contraditórios, eles mutuamente se excluem, não podendo ser presentes num mesmo ‘espaço’ ou ‘lugar’.

Tentemos reconstruir o desenvolvimento do contra-discurso:

- a. (Contra-discurso em G-2):
«o sucesso é contraditório com a solidariedade»;
- b. (Por implicação de a., obtemos o contra-discurso operante em G-4):
«não há lugar para solidariedade e sucesso»;
- c. (Da orientação do contra-discurso em G-2 e G-4 extrai-se):
«de solidariedade e sucesso, há que excluir sucesso: a solidariedade é valor fundamental».

A este contra-discurso o Locutor contrapõe:

- a'. (Em G-2, segundo ficou visto acima):
«o sucesso não é contraditório com a solidariedade»;
- b'. (Por implicação de a'., resulta o discurso anulador de b.):
«há lugar para solidariedade e sucesso»;

- c'. (Da orientação do discurso anulador em G-2 e em articulação com c., extrai-se um segmento que acaba por se identificar com a anulação do contra-discurso operante em G-4):

«a solidariedade é, sem dúvida, um valor fundamental ²⁸; mas a sua consecução não obriga à exclusão do sucesso; antes pelo contrário, obriga à sua presença, pois não há lugar para a solidariedade sem o sucesso/se não houver sucesso».

Vincarei que a etapa anotada com b/b' constitui um momento central: como se pode confirmar, em b' rectifica-se, corrige-se b — sendo que já está disponível o sentido de tal rectificação/ correcção, que condensarei em B:

b. «Não há lugar para a solidariedade e o sucesso»;

B. «Não há lugar para a solidariedade sem o sucesso».

Precisamente, o Locutor anula o contra-discurso actuante em G-4, corrigindo-o para 'não há lugar para a solidariedade numa sociedade construída sobre a ausência do «sucesso».

Esta refutação por correcção revela-se particularmente incisiva, tirando partido da pseudo-clivagem utilizada na organização do enunciado. Tal operação sintáctica permite conservar intacto — e valorizá-lo quer pela sua retoma quer pela focalização que recorta — o segmento 'não há lugar', e simultaneamente destacar o segmento correctivo que segue.

Fica, assim, obtida uma vincada força assertiva para este último enunciado do texto — em sintonia com a sua relevância no conjunto do movimento refutativo em que se inscreve e que remata.

Servem ainda essa força assertiva, que ampliam, o modalizador assertivo «decididamente», e a identificação de 'ausência de sucesso' com «frustração» (em «frustrados»), numa isotopia, já adequadamente caracterizada e avaliada, de «degenerescência» ou de «doença» do foro psiquiátrico, isotopia aqui retomada, com um relevo e um alcance reforçados pela posição que ocupa como fecho do discurso.

11.2.2.5. O complexo movimento argumentativo contido no último parágrafo em análise suscita ainda algumas observações complementares.

11.2.2.5.1. Retomando brevemente o primeiro momento refutativo, inscrito em G-1, quero lembrar que os autores do contra-discurso aí anulado

²⁸ Reparar-se-á em que está aqui contido um movimento de concessão. Para o seu entendimento, veja-se, mais abaixo, 11.2.2.5.2.-3.

são fortemente desvalorizados ²⁹. Paralelamente, esse momento refutativo não comporta a especificação explícita de um discurso correctivo — como vimos estar presente, e numa modalidade forte, no momento refutativo que preenche G-2, 3-4.

Tal circunstância indicia um outro elemento de desvalorização daquele contra-discurso, e dos seus autores: é que esse contra-discurso, sendo desenvolvido por quem é, não pode ser um discurso sério, que deva ser devidamente ponderado, tido em consideração — pois é um discurso do imobilismo renitente, falho de um mínimo de abertura, e, mais do que isso, marcado por uma ‘perda do sentido do real’, pois os seus autores são dados como ainda se não tendo apercebido — e, mais grave ainda, como (talvez) não mais podendo vir a aperceber-se — de que ‘os tempos mudaram’, e de que o sucesso dos nossos dias já não é o domínio da «lei da selva» do capitalismo radical nem se identifica já com a filosofia do ‘sucesso pelo sucesso’, ‘do sucesso a qualquer preço’ e sem preocupações sociais da geração «yuppie» dos anos 80.

Esta ‘falta de sentido do real’, aliada a — produto de — um imobilismo degenerado, retira qualquer credibilidade ao contra-discurso proferido, que não merece sequer uma rectificação/correção explícita por parte do Locutor.

Ora, a modalidade do desenvolvimento do segundo momento refutativo (lembramos: o que enforma G-2, 3, 4) contrasta neste domínio vigorosamente com aquele outro. E a este propósito, convém acrescentar que, e como reiteradamente já anotei, se o contra-discurso anulado, e com ele também os seus autores, é/são sempre desvalorizado/s, devemos reconhecer que neste segundo momento refutativo eles obtêm alguns créditos. Na verdade, o Locutor indicia valorizar em alguma medida o presente contra-discurso, pois não se limita, como no caso anterior, a anulá-lo sem lhe juntar um discurso correctivo/rectificativo. A argumentação/refutação desenvolvida agora, é, no todo, mais forte e mais extensa — e, justamente, nessa medida revela que o Locutor considera o contra-discurso em fase de anulação como algo a não rejeitar liminarmente. Não deixarei de anotar que com isso o Locutor delineia certamente uma estratégia poderosa ³⁰.

11.2.2.5.2. O traço registado é consistente com dois outros aspectos a analisar.

a. Em primeiro lugar, tenha-se presente que o Locutor não identifica agora — ao contrário do que faz no caso anterior — os autores do contra-discurso. No entanto, o próprio discurso e a enciclopédia que activa e

²⁹ Ver 11.2.1.2.

³⁰ Ver 11.2.2.5.4.

em que necessariamente se apoia permitem a sua identificação. Reconhecemos facilmente neste contra-discurso a voz do PS, partido que na campanha eleitoral explorou sistematicamente o discurso da solidariedade e valores conexos, numa estratégia clara de anulação do discurso eleitoral do PSD, centrado, como se referiu já largamente, sobre o sucesso (e a estabilidade). Não será preciso acrescentar que o PS — e tal está disponível a partir da enciclopédia — se apresentou na campanha eleitoral (ou se tem apresentado sempre...) como a alternativa mais credível ao PSD, como o partido que mais directa e eficientemente poderia opor-se ao PSD, com possibilidades de o derrotar ou de, pelo menos, atenuar a vitória desta força política.³¹

Ora, está disponível quer pelo texto quer pela enciclopédia uma imagem tendencialmente positiva desta voz. Trata-se de uma voz legitimada por saliente seriedade, aberta ao diálogo e não fechada no imobilismo e na perda do sentido do real — pois, entre outros aspectos, os seus proferidores mostram não só ter sabido aperceber-se de mudanças operadas na dinâmica interindividual (a vários níveis) — do que decorrerá que para eles o sucesso já não é identificável com o triunfo da radicalidade capitalista — como ainda estar animados de uma vontade, e da consciência de uma oportunidade, de mudança na sociedade portuguesa. Na perspectiva do Locutor, vale a pena ouvir esta voz, ponderá-la — e em vez de uma anulação estrita e liminar, contrapor-lhe um discurso rectificativo/correctivo, na convicção de que este será susceptível de ser ouvido, compreendido, e de lograr efeitos positivos.

Repare-se em que temos aqui uma nova manifestação do eixo de contraposições que tenho vindo a tomar como uma das linhas que vai marcando a textura do discurso. Neste caso, a contraposição é feita entre, de um lado, aqueles que o Locutor apresenta como 'irremediavelmente' 'fixados' numa representação 'arqueológica' de «sucesso» (e... da sociedade) e, do outro, aqueles que já superaram essa visão ultrapassada ou que nunca a acolheram. Esta mesma contraposição prolonga-se também pela atitude construída pelo Locutor face às vozes respectivas que convocou: rejeição das primeiras e sua classificação (implícita) de 'vozes sem credibilidade', que não valerá a pena escutar, e acolhimento das segundas, na base da 'seriedade' que lhes é reconhecida e da abertura ao diálogo que indiciam. Tal diálogo é visto como possível e mesmo como potencialmente fecundo, pelas razões que explicitarei na alínea seguinte.

b. A qualificação construída, nos termos propostos, dos autores do contra-discurso — e deste mesmo — é decididamente reforçada por um

³¹ Convirá anotar que se reconhece também no contra-discurso em referência uma outra voz — a voz daqueles que hesitariam entre os valores da estabilidade e os valores do sucesso. (Ver, mais abaixo, 11.2.2.5.3., e também, atrás, 4.4.2.).

outro aspecto: apura-se nos enunciados em referência (G-2, 3-4) que há uma convergência fundamental entre o contra-discurso e o discurso que o anula, entre a voz dos objectores e a voz do Locutor: ambas reclamam a solidariedade. A divergência, o dissenso, reside noutra ponta: enquanto a voz do contra-discurso insiste na solidariedade (e nisso o PS pôs o necessário contrapeso à insistência do PSD no sucesso), sem curar de especificar como ela poderia ser assegurada e potencializada, a voz do Locutor sublinha, como se viu, a prioridade a atribuir ao sucesso. Vimos acima como o Locutor precisa o entendimento desta prioridade: para ele, o sucesso é o motor da solidariedade. Ou melhor: a obtenção de um generalizado sucesso é a condição necessária para a realização de uma solidariedade digna desse nome, o que se fixará na seguinte formulação: 'se queremos obter a solidariedade, temos que obter o sucesso'.

11.2.2.5.3. Tendo na devida conta as observações compendiadas nas alíneas do número precedente, insistirei em que o complexo movimento argumentativo-refutativo que enforma os enunciados G-2-3-4 toma uma dupla direcção: por um lado, orienta-se para os que, defendendo a solidariedade como valor absoluto, estão contra o sucesso, valor que não aceitam nem concebem possa ser aceite; por outro lado, dirige-se aos que, reclamando antes de tudo a solidariedade, aceitam (ou talvez mesmo reclamem) o sucesso, não cuidando, porém, de precisar as modalidades da articulação desses dois valores.

A relevância e a eficácia daquele movimento argumentativo-refutativo obtêm-se também, assim, pela via desta abrangente direcção que o percorre —, mas obtêm-se ainda por um outro caminho. É que nele o Locutor especifica muito claramente o seu entendimento de solidariedade e de sucesso³² e também de uma interacção fundamental entre ambos estes valores: o Locutor reclama, mais que ninguém, a solidariedade, e não prescinde do sucesso. A prova imediata da valorização de uma e de outro, fornece-a o Locutor ao estabelecer o sucesso como condição necessária para a consecução de uma solidariedade digna desse nome.

Nestes termos, mais do que reconciliar sucesso e solidariedade (reconciliação recusada, como se viu, pelos que estão contra o sucesso, e aceite ou até convocada, se bem que em termos vagos, por aqueles que não estão contra o sucesso), o Locutor assume declaradamente esses dois valores e uma fecunda interacção entre eles: o sucesso servirá a solidariedade; a solidariedade exigirá o sucesso.

Não deixarei de fazer notar que, em tais circunstâncias, o Locutor acaba por dar particular relevo ao que, apesar de tudo, aproxima as vozes em

³² Ver também 11.3.1.-3.

confronto — a exaltação do valor «solidariedade». Tal deverá tomar-se como outra das grandes linhas organizadoras deste sétimo parágrafo.

11.2.2.5.4. A acima mencionada valorização do contra-discurso analisado constitui também — e isso já acima o registei — uma astuciosa estratégia que visa dar ênfase ao discurso que o anula.

E a este propósito é de assinalar que o Locutor guardou para o segmento terminal do seu discurso (posição/lugar sempre estratégica/o) não apenas o rebater do mais forte e mais credível argumento contra as virtualidades positivas de sucesso — a sua potencial ou aparente contradição com o valor largamente mobilizador que é a solidariedade — como também outros aspectos decisivos da orientação global do seu discurso, a que passarei de seguida.

11.3. Actua neste último parágrafo também como eixo organizador central — devidamente entrosado com os já apontados — o recorte de duas concepções de «sucesso» — a que tive já de me referir em 4.3.5.3. e em outros momentos. E já se compreendeu que é também em torno destas duas representações de «sucesso» que se levanta o conflito de vozes já analisado.

11.3.1. A primeira destas representações de «sucesso» — já anotada «sucesso-1» — vincula-se a uma concepção 'capitalista radical', que o reduz à «lei da selva» e/ou ao cinismo «yuppie» da década de 80'.

Esta concepção, apresentada de modo muito negativo, é rejeitada pelo Locutor ao longo da refutação, já analisada, feita em G-1.

O texto, no seu conjunto, permite ver neste «sucesso-1» uma 'perversão', que, segundo vinquei em 4.3.5.3., radicaliza os elementos negativos compreendidos nas referências e avaliações axiológicas arroladas, no primeiro parágrafo, no que ficou especificado nos itens a', c' e d' ³³.

11.3.2. Em contrapartida, a segunda concepção de «sucesso» — «sucesso-2» — é construída em G-2, 3-4, e vincula-se claramente à noção de 'preocupações sociais' que devem animar, e dar o último sentido a, o desenvolvimento das sociedades humanas.

É fácil aceitar que este «sucesso-2» é basicamente um «sucesso» despido das 'perversões' que configuram o «sucesso-1», e que, por outro lado, ele também absorve os valores tendencialmente positivos admitidos no primeiro parágrafo nos itens a' e c' de «sucesso» ao mesmo tempo que representa a compatibilização de todos esses elementos com os valores positivos ligados, nesse mesmo parágrafo, a «estabilidade», ao nível dos itens a., c. e d. ³⁴.

³³ Ver 4.3.1.-3.

³⁴ Ver, de novo, 4.3.1.-3.

Convirá, entretanto, acrescentar que o Locutor averba aqui algumas novas dimensões encarecedoras de «sucesso», ao invocar a «*recusa da mediocratização social*», o «*mérito*» e «*competência*». Sublinharei ainda que ao especificar com a referência ao mérito, à competência e à criatividade «o terreno» em que deve travar-se a «competição» que o valor «*sucesso*» envolve, o Locutor oblitera um gérmen de 'perversão' potencial que acima aponte³⁵ como albergado naquele mesmo valor. A competição, quando travada naquele «terreno», não pode senão constituir algo de muito positivo.

11.3.3. A atitude do Locutor face a esta segunda representação de «*sucesso*» é de inequívoca adesão, como já se pôde referenciar devidamente. Tal anotação não é, porém, totalmente reveladora da atitude do Locutor: falta mencionar ainda um outro aspecto, já disponível, mas em que terei de insistir.

Já averbei acima — em 11.2.2.5.2.a. — o registo de que também os autores do contra-discurso anulado em G-2, 3-4 se mostram animados de uma atitude favorável a respeito de «*sucesso-2*»: ele é não só aceite como também mesmo reclamado em articulação com o valor «*solidariedade*», tido como fundamental. Ora, é justamente sobre esta atitude, ou melhor, em contraste com ela, que o Locutor acaba por construir definitivamente a sua própria representação e avaliação de «*sucesso*»: como se assinalou oportunamente, o Locutor — e nisso reside o dissenso entre ele e os objectores suscitados — coloca o «*sucesso*» («*sucesso-2*») como exigência, como *condição necessária*, logo, como *prioridade absoluta* para a obtenção da «*solidariedade*», de que também não prescinde.

11.3.4. Importará, entretanto, reparar em que — e como já assinalai em 11.2.2.5.3. — este sétimo parágrafo do texto contém também uma avaliação encarecedora de «*solidariedade*» — avaliação que corre paralela a, ou mesmo se entrelaça com, a de «*sucesso*». Em 11.3.2., pude sublinhar que «*sucesso-2*» se vincula muito nitidamente à noção de 'preocupações sociais' — que o Locutor especifica, em G-2, como «*compaixão*», «*entrejuda*» e «*solidariedade*». A avaliação encarecedora de «*solidariedade*» por parte do Locutor consuma-se, entretanto, de modo muito nítido, no facto de ele reclamar mais do que ninguém — como, de resto, deixei vincado em 11.2.2.5.3. — a centralidade de tal valor, sendo mesmo que tendencialmente acaba por inscrever em «*sucesso*» um matiz funcional: este é largamente visto como estando ao serviço de «*solidariedade*», a ela se subordinando.

11.3.5. Torna-se necessário explicitar que a representação e a avaliação de «*sucesso*» apuradas nos números anteriores constituem um eixo organizador básico — articulado, segundo se viu, com o que respeita à

³⁵ Ver Nota 7

avaliação de «solidariedade» — que se destaca em todo o último parágrafo, cumprindo mesmo no todo do discurso um papel de extrema relevância. A tal me referirei no número seguinte.

12. A particular relevância do último parágrafo no todo do discurso em análise — relevância indiciada até mesmo por constituir o fecho desse mesmo discurso — merece algumas outras considerações.

12.1. Mercê da especificação rigorosa da representação tomada pelo Locutor para «sucesso» — «sucesso-2», segundo se viu já repetidas vezes —, é só verdadeiramente neste segmento terminal do seu discurso que ele cumpre o seu desígnio primeiro que é o de 'elogiar' esse valor: a orientação discursiva para o «*elogio do sucesso*» só agora se concretiza inequivocamente — embora tal elogio se conte, como já salientei, como grande eixo organizador de todo o discurso.

Tal envolve que o Locutor quis, desde o início, apostar numa estratégia de tensão, cujo primeiro momento se encontra justamente logo no parágrafo de abertura. Assinalei-o devidamente em 4.3.4., e vemos que essa tensão, tanto como as expectativas e as contra-expectativas que a acompanham, organizam também poderosamente o discurso, só se resolvendo justamente no seu fecho.

Virá a propósito mencionar que há alguma e curiosa simetria entre o primeiro e este último parágrafo: naquele, como se recorda, avança-se uma 'contradição'; neste, resolve-se uma 'contradição'. É claro, no entanto, que o 'objecto' destas 'contradições' não é o mesmo.

12.2. Se, como mais uma vez registei agora mesmo, o discurso realiza globalmente um acto ilocutório expressivo de elogio do sucesso, convém reparar em que este acto assenta em, ou envolve, um outro, igualmente decisivo no todo discursivo — nele também constituindo um outro eixo organizador — que é o de uma declaração assertiva (que assenta fortemente na credibilidade, como vimos em tantos momentos procurada numa estratégia de credibilização, do Locutor). Esta declaração assertiva tem, obviamente, por objecto aquela rigorosa especificação da representação de «sucesso» como «sucesso-2».

12.3. Neste entendimento de «sucesso» encontramos também um suporte decisivo para a interpretação que dei acima a aspectos importantes do parágrafo inicial. Esse entendimento faz-nos compreender definitivamente a atitude de mitigação/distanciamento cauteloso usada pelo Locutor na primeira apresentação do confronto entre aquele valor e «estabilidade»³⁶.

³⁶ Vejam-se, acima, os números em que procedi à análise do primeiro parágrafo.

12.4. Decorre da mesma caracterização de «*sucesso*» que o Locutor vê «*os novos portugueses dos anos 90*» (ver os enunciados de E e também os de F) animados daquele mesmo «*sucesso-2*», e que é a esta referência ‘emblemática’ que o Locutor também adere quando encarece o optimismo desta ‘nova geração de portugueses’.

12.5. A particular veemência que o Locutor manifesta na inequívoca representação do «*sucesso*» indicia a valorização da condição de sinceridade que preside ao acto ilocutório expressivo de elogio. Este acto presta-se a bom número de ‘perversões’ (que passam todas, de um modo ou de outro, por aquela condição de sinceridade).

Entre essas ‘perversões’³⁷ contam-se as que conduzem a um ‘elogio interesseiro’ desenvolvido em ordem à extorsão de favores, à ‘colagem’ oportunística... Pois bem: é forçoso ver naquela especificação rigorosa da representação que o Locutor toma para «*sucesso*» os fundamentos da sua sinceridade ao elogiar tal valor, mas sobretudo o desenvolvimento de um outro acto, de um acto ilocutório de advertência (realizado, claro, de modo indirecto, como implicitação pragmática) que traduzirei assim: «não se tome este meu elogio, que é também necessariamente um elogio dos vencedores das eleições, que do sucesso se reclamaram e sucesso realizaram na vitória, como uma tentativa de ‘colagem interesseira’». Ou seja: o Locutor pretende precaver-se contra interpretações abusivas da sua atitude de louvor, mostrando querer preservar intactas a sua reconhecida independência e a sua formação ideológica... e, seguramente também, a sua isenção e objectividade, que lhe impõem que reconheça o mérito onde ele existe sem que tal envolva cedências de qualquer ordem... Consuma-se, de resto, aqui também mais um momento da sua estratégia de credibilização...

12.6. Aquele acto de advertência — que notoriamente se dirige a um destinatário múltiplo, em que se conta também o próprio PSD, e que, por isso, é penetrado por uma indesmentível *poli-audição*³⁸ — deve ser visto de outros ângulos, complementares.

Com ele o Locutor pretende também distanciar-se dos que poderão interpretar a vitória do PSD como fundamentada no «*sucesso-1*»: não é com esses que o Locutor está... Esta precaução é plenamente justificada, até porque em diversos momentos do discurso aflora, como anotei devidamente, uma visão valorizadora do PSD e de Cavaco Silva.

Mas, por outro lado, aquela mesma advertência pode ver-se como dirigida ao próprio partido vencedor das eleições, para anunciar (e temos aqui uma outra força ilocutória...) — e com isso se comprometendo

³⁷ Ver Nota 7.

³⁸ Sobre a noção de *poli-audição*, ver, acima, 4.4.2.

publicamente (e é uma nova força ilocutória...) o Locutor — uma atenta vigilância sobre a orientação do poder constituído no governo do país: esse governo tem de mostrar-se enformado do valor do «sucesso», mas de um «sucesso» penetrado de ‘preocupações sociais’, tomado como motor da solidariedade; a tal obrigam aqueles que terão votado no PSD por identificarem o «sucesso» proclamado por este partido como «sucesso-2», a tal se obrigou o PSD ao protagonizar em Cavaco Silva a percepção de «uma nova mentalidade dos portugueses» que não pôde certamente ter sido identificada nem com o «egoísmo capitalista» nem com o «cinismo «yuppie» em voga na década de 80» (F-1).

12.7. Não se esgotam, porém, nos elementos já apontados as dimensões accionais inscritas no discurso em análise.

12.7.1. Vinculando-se à sedução da ‘exemplaridade’, da ‘excelência’ do objecto elogiado, torna-se operante no discurso uma outra dimensão accional — um acto perlocutório de persuasão ou de incitamento. Por este acto — que surge como eixo organizador saliente no quinto parágrafo, mas que percorre outros segmentos do discurso (segmentos facilmente identificáveis até por força do que a seguir referirei) — o Locutor visa modificar os estados epistémicos e passionais e o comportamento dos seus leitores, nomeadamente no sentido de que eles também sejam «novos portugueses», adiram — como já outros aderiram — ao «sucesso», o promovam, o assumam, por ele se deixem galvanizar. Tomando-se este «sucesso» como «sucesso-2», este acto dirige-se também aos que já o assumiram — que são, assim, incitados a confirmarem-se nessa referência —, mas ainda aos que eventualmente se reclamem de um «sucesso-1»: estes são, por sua vez, incitados à correcção da representação que fazem daquele valor, e a juntarem-se desse modo aos que já o entendem adequadamente.

Mas este mesmo acto de persuasão/incitamento dirige-se também — e já se reparou seguramente na poli-audição que vai enformando este acto de discurso — aos que estão *contra* o «sucesso», nomeadamente aos que o tomam como manifestação insuperável do «egoísmo capitalista» ou do «cinismo «yuppie»». Como se viu oportunamente, estes são duramente criticados /censurados pelo Locutor. Mas justamente o acto de crítica/censura — que, de resto, se articula, por antonímia ilocutória, ao de elogio — traz também habitualmente consigo uma derivação que conduz, por implicitação pragmática, ao incitamento à correcção. Temos, assim, por esta nova via, também presente no discurso uma outra manifestação da força accional de persuasão — persuasão à correcção, ou, numa outra perspectiva, a força accional de dissuasão: dirigindo-se àqueles que estão declaradamente contra o «sucesso», o Locutor tenta — e apesar de tudo..., como se

compreende a partir do que observei em 11.2.2.5.2.a. — dissuadi-los de 'persistirem' em tal erro.

12.7.2. Tendo em conta o que aponte em 11.2.2.5.3. e em 11.3.4., deve reconhecer-se que se inscreve também no discurso em análise um outro acto expressivo, de realização indirecta, de elogio, que tem por objecto o valor «solidariedade». As observações formuladas naqueles números habilitam mesmo a concluir que o elogio de «solidariedade» não é menos forte que o elogio de «sucesso».

Também agora este acto ocasiona, por sua vez, uma derivação ilocutória que conduz a um acto de persuasão. Tal acto é também enformado por uma poli-audição: uns (que já sabemos identificar), são incitados a confirmarem-se na referência «solidariedade» e a procederem a acertos no que tange às articulações deste com outros valores, nomeadamente «sucesso»; outros (que também sabemos identificar), são persuadidos a juntarem-se aos que já tomam «solidariedade» como referência fundamental e aberta a interacções enriquecedoras com outros valores (ou são dissuadidos de continuarem sem tal referência ou eventualmente contra ela...).

É claro, por outro lado, que a este acto de elogio de solidariedade se prende também a derivação de um acto de advertência ao poder constituído, em termos similares aos que propus acima no último parágrafo de 12.6., a partir do acto de elogio de sucesso.

13. Importa recordar que o discurso em análise se constrói também sobre o valor «estabilidade».

Interessará caracterizar a atitude do Locutor a respeito deste valor, que parece ter sido abandonado a partir da segunda macroestrutura do discurso (ou, mais exactamente, a partir do parágrafo C).

13.1. Como registei oportunamente nas considerações tecidas sobre o primeiro parágrafo do texto, não se encontra aí construída uma imagem particularmente negativa — desvalorizadora — de «estabilidade», tal como não se contém aí também uma representação consistentemente positiva de «sucesso» — no que se consuma uma contra-expectativa, que deixei devidamente enquadrada.

A desvalorização de «estabilidade» só aparece configurada, e de modo forte, no parágrafo seguinte, quando o Locutor identifica «estabilidade» com «passividade» e sobretudo quando a caracteriza como «Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bisonha, fatalista» (B-3). Este movimento de desvalorização de «estabilidade» conhece, entretanto, o seu momento máximo em C-2, onde o Locutor a identifica com «pobreza resignada», que acabou por constituir-se em «filosofia oficial do regime» salazarista.

13.2. Interessa, no entanto, ter presente que esta desvalorização acentuada de «*estabilidade*» é claramente articulada ao regime ditatorial de Salazar. Por força da enciclopédia activada, está disponível a visão de que se tratou de uma 'perversão' daquele valor, operada em circunstâncias excepcionais, que ditaram a sua subversão e a sua imposição abusivas.³⁹

Também por força da mesma enciclopédia, está ainda disponível a indicação de que a «*estabilidade*» pode ser, não imposta, antes construída, em regime democrático, por vontade expressa dos cidadãos. E, então, a «*estabilidade*» não abafa a criatividade, o dinamismo — antes desenha o quadro ideal para uma interacção enriquecedora entre os órgãos institucionais, entre estes e os cidadãos e entre estes mesmos, ou seja, entre a organização democrática do Estado e a 'sociedade civil' e, no seio desta, entre os seus membros.

13.3. Acontece ainda que, como acima mencionei, a representação de «*sucesso-2*» acaba por integrar as referências e as avaliações positivas de «*estabilidade*», ficando desenhada uma particular conveniência — ou pelo menos uma ampla compatibilização — entre ambos esses valores. Decorre daí que se recorta também nesse segmento do discurso — que, lembre-se, se localiza no último parágrafo, mas que mais uma vez opera, por retroacção, sobre a configuração de segmentos anteriores, e sobre a sua interpretação, — uma valorização de «*estabilidade*».

13.4. Resulta das observações anotadas que o Locutor, se efectivamente *não diz*, também *não deixa de comunicar*, por implicação pragmática, o elogio da «*estabilidade*» — de uma 'estabilidade sem perversões' — ou, pelo menos, a sua aceitação como quadro favorável à consecução do «*sucesso-solidariedade*».

Este é também, seguramente, um outro eixo organizador do discurso — e nele não se deixa de conter uma nova valorização do PSD e de Cavaco Silva, pela 'habilidade' e pela 'eficácia' com que souberam articular, no discurso eleitoral «*estabilidade*» e «*sucesso*».

Repare-se em que o Locutor poderia ter cancelado aquela implicação pragmática. Se o não faz, aquela dimensão significativa implícita do seu discurso oferece-se como disponível...

Tal interpretação permite também ver que está presente no discurso uma nova força ilocutória, igualmente indirecta, derivada: naquele elogio, ou

³⁹ Na enciclopédia dos leitores estão bem presentes os recentes acontecimentos na Europa do Leste e, com eles, a imagem das arbitrariedades e das iniquidades (não mais susceptíveis de serem desmentidas ou ignoradas) a que pôde conduzir a imposição abusiva da «*estabilidade*» nos regimes totalitários. A consciência generalizada de tal 'perversão' de «*estabilidade*» é elemento fortemente actuante na interpretação.

pelo menos, aceitação, da «*estabilidade*» contém-se também uma nova advertência dirigida ao poder constituído, que se poderá condensar na seguinte formulação: 'há que preservar a estabilidade de quaisquer 'perversões'...' 40

É claro que esta nova advertência se apoia nos elementos que, em 12.6., vimos suportar uma primeira, aí apropriadamente apontada. E — não seria necessário explicitá-lo — é igualmente claro que esta nova advertência também contém os outros ingredientes ilocutórios que vimos operar naquela primeira, também caracterizados e fundamentos em 12.6.

14. Não encerrarei esta análise do discurso que nos tem ocupado sem aludir a uma outra sua dimensão importante.

Inscrevendo-se, com oportunidade, no rescaldo das eleições legislativas, este discurso comporta naturalmente dimensões de uma inequívoca polemicidade, já devidamente assinalada.

Mas esta polemicidade matiza-se muito nitidamente de uma forte tonalidade *agónica* — o que não deixa de constituir uma contra-expectativa: de algum modo se estranha que um comentário político, desenvolvido num jornal 'independente', que visa atingir um público ideologicamente diferenciado, acabe por constituir um instrumento de combate. A análise avançada não deixa dúvidas quanto a esta natureza *agónica* deste discurso 41, cujos índices centrais poderei com facilidade registar sumariamente, pois foram objecto de largas considerações no que ficou escrito atrás: o múltiplo confronto de vozes, entre as quais figuram *doxas*; as variadas e vincadas avaliações axiológicas, articuladas às acções discursivas do elogio, da crítica/censura, da persuasão e da dissuasão, da advertência — elas mesmas, repare-se, também índices da mesma tonalidade agónica; as correspondentes valorizações e desqualificações; os múltiplos movimentos argumentativos, com saliência para a contra-argumentação e para a refutação; as estratégias discursivas de suporte; os momentos de clara desfocagem ou de alguma excessiva generalização em certas apreciações 42; a virulência de muitas das referências e das respectivas avaliações, servidas oportunamente pela instauração de isotopias muito fortes — orientadas mais (como, de resto, por via directa ou indirecta, todas as outras dimensões averbadas) para a *destruição* de vozes e dos seus proferidores do que para a sua mera desqualificação 43; o insistente recurso à implicitação pragmática, também a

40 A propósito de 'perversão', ver mais uma vez a Nota 7.

41 Ver ANGENOT, M. — *La parole pamphlétaire*, Paris, 1982.

42 Ver o contido na Nota 15.

43 Observe-se que, neste contexto, a *destruição* pode ser vista como uma 'perversão' da *desqualificação*. A respeito das várias 'perversões' a que no discurso em análise são sujeitas muitas das referências e avaliações axiológicas, ver de novo a Nota 7.

entender como construção de espaços de manobra adequados à salvaguarda da *face* do Locutor, salvaguarda, de resto, também servida por diversas medidas cautelares accionadas em diferentes momentos; a implantação de uma força assertiva particularmente vincada, que embora conheça destaque acentuado em alguns segmentos, percorre generalizadamente todo o discurso...

15. Ao longo dos comentários que preenchem este estudo referi-me reiteradamente à *força* que o Locutor imprime à sua palavra. Tal força é ingrediente ampliador do *poder do discurso* — uma e outro testemunhando, em última análise, «le pouvoir fondateur du langage, qui instaure une réalité imaginaire, anime les choses inertes, fait voir ce qui n'est pas encore, ramène ici ce qui a disparu»⁴⁴ e que, produzindo e *re-produzindo* o real⁴⁵, estabelece também o que é...

Não se ignorará que este «poder fundador» não se esgota na palavra explícita, antes se prolonga e amplia, por via da codificação do implícito, particularmente pelas dimensões discursivas em que o Locutor, ciente que é de que 'para bom entendedor, meia palavra basta', «deixa ou dá a entender que diz precisamente o que o Alocutário-intérprete 'lhe faz dizer'...».⁴⁶

Porto, Janeiro de 1992

Joaquim Fonseca

⁴⁴ BENVENISTE, E. — *Problèmes de Linguistique Générale-I*, Paris, 1966, pág. 25.

⁴⁵ BENVENISTE, E. — *Ibidem*.

⁴⁶ FONSECA, J. — *Heterogeneidade na língua e no discurso*, «Revista da Faculdade de Letras — Línguas e Literaturas», Vol. VIII, Porto, 1991, pág. 298.

ELOGIO DO SUCESSO

Vicente Jorge Silva

O segredo principal da campanha vitoriosa do PSD residiu na associação hábil, eficaz, quase subliminar, entre dois valores de algum modo contraditórios: a estabilidade e o sucesso. Enquanto a estabilidade apela à conservação do adquirido, à segurança, à protecção — e é, nessa medida, um valor estático, passivo, de sentido conservador —, o sucesso representa um apelo directo à iniciativa, à vontade de protagonismo, ao gosto do risco — e é, por isso, um valor activo, dinâmico, aberto à mudança. Em princípio, a estabilidade sensibiliza o colectivo, o espírito gregário da comunidade que receia abalos e incertezas, enquanto o sucesso estimula a afirmação singular, individual, que pode provocar tensões, choques e... instabilidade. Somos sujeitos passivos da estabilidade, mas temos de ser sujeitos activos do sucesso.

Segundo a tradição e as raízes ancestrais do nosso imaginário nacional, os portugueses seriam um povo mais vocacionado para a estabilidade — para a passividade — do que para o sucesso, pelo menos no interior das nossas fronteiras. Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bissonha, fatalista — à imagem da “canção nacional” e do longo consulado do dr. Oliveira Salazar. Os grandes momentos épicos do sucesso à portuguesa teriam decorrido fora de portas, através da aventura dos descobrimentos e das histórias exemplares da emigração. Cá dentro, apertados na estreiteza sufocante do rectângulo pátrio, só nos restaria a entrega nas mãos piedosas do destino. O sucesso seria para navegadores, aventureiros e emigrantes, aqueles que correm o risco de partir — não para os que tiveram a sina de ficar.

A melancolia e o fatalismo da condição nacional atravessam toda a nossa cultura e acabaram por condicionar também a nossa cultura política, à direita e à esquerda. Durante o salazarismo, a pobreza resignada — mas estável... — que acabou por constituir-se em filosofia oficial do regime teve como contraponto, à esquerda, o miserabilismo neo-realista e as narrativas amargas e quase masoquistas dos anos de prisão sofridos pelos resistentes antifascistas e de que o PCP fez a sua coroa de espinhos gloriosos. Ao fado oficial correspondia, quase simetricamente, o fado da oposição: histórias, ambas, de corações partidos, destinos destracados, desenganos, tiranias e desgraças.

A persistência destes sinais em obras recentes da nossa cultura é reveladora. A

literatura e o cinema nacionais continuam a dar-nos exemplos expressivos de um imaginário marcado pela fatalidade e pela depressão. Uma tristeza atroz, quase insustentável, habita um dos mais belos filmes portugueses dos últimos tempos, “A Idade Maior”, de Teresa Vilaverde — uma jovem realizadora identificada com o PCP e que elege Álvaro Cunhal como figura mais admirada. A memória das gerações anteriores transmite-se, por via das referências culturais ou ideológicas, às gerações mais novas. A não ser que estas estejam disponíveis para romper com o passado — ou que o passado tenha esgotado para elas a sua capacidade de atracção —, fazendo tábua rasa da memória histórica.

Ora, não será precisamente isso que explode hoje na sociedade portuguesa e de que o movimento juvenil em volta de Cavaco Silva é uma expressão sintomática? O optimismo cultivado por Cavaco, em oposição ao pessimismo atávico do comportamento nacional, não estaria em sintonia com uma mudança de atitudes e mentalidades entre os “novos portugueses” dos anos 90? E não será também significativo que um fenómeno como o do PSR se afirme hoje contra a corrente dos soturnos rituais ideológicos da extrema-esquerda, redescobrimdo a alegria e a festa?

A referência ao sucesso aparece como novo emblema de uma revolução silenciosa, criando uma espécie de grau zero da memória histórica. Redutor? Sem dúvida. Mas também libertador. Se a ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias — em que Cavaco aparece ao lado do treinador Carlos Queirós, ambos como heróis do dia — é indiscutivelmente irritante, como não entender nessas manifestações, desde a final do Mundial de Juniores à Fonte Luminosa “laranja”, os sinais de um corte com a fixação neurosténica, derrotista e fatalista da “condição portuguesa”?

Contra o que pretende uma certa cultura arqueológica da esquerda, irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhãs que não chegaram a cantar, o sucesso não é um valor redutível à “lei da selva” do egoísmo capitalista ou ao cinismo “yuppie” em voga na década de 80. O gosto da afirmação individual, a competição no terreno do mérito, da competência e da criatividade, o sentido do risco e a recusa da mediocratização social não são contraditórios com a compaixão, a entreajuda e a solidariedade. Antes, pelo contrário. O que decididamente não há é lugar para a solidariedade numa sociedade de frustrados. ■

ANEXO II

ELOGIO DO SUCESSO

Vicente Jorge Silva

A — (1) O segredo principal da campanha vitoriosa do PSD residiu na associação hábil, eficaz, quase subliminar, entre dois valores de algum modo contraditórios: a estabilidade e o sucesso. (2) Enquanto a estabilidade apela à conservação do adquirido, à segurança, à protecção — e é, nessa medida, um valor estático, passivo, de sentido conservador —, o sucesso representa um apelo directo à iniciativa, à vontade de protagonismo, ao gosto do risco — e é, por isso, um valor activo, dinâmico, aberto à mudança. (3) Em princípio, a estabilidade sensibiliza o colectivo, o espírito gregário da comunidade que receia abalos e incertezas, enquanto o sucesso, estimula a afirmação singular, individual, que pode provocar tensões, choques e ... instabilidade. (4) Somos sujeitos passivos da estabilidade, mas temos de ser sujeitos activos do sucesso.

B — (1) Segundo a tradição e as raízes ancestrais do nosso imaginário nacional, os portugueses seriam um povo mais vocacionado para a estabilidade — para a passividade — do que para o sucesso, pelo menos no interior das nossas fronteiras. (2) Uma estabilidade feita de resignação, quase sempre triste, melancólica, bisonha, fatalista — à imagem da «canção nacional» e do longo consulado do dr. Oliveira Salazar. (3) Os grandes momentos épicos do sucesso à portuguesa teriam decorrido fora de portas, através da aventura dos descobrimentos e das histórias exemplares da emigração. (4) Cá dentro, apertados na estreiteza sufocante do rectângulo pátrio, só nos restaria a entrega nas mãos piedosas do destino. (5) O sucesso seria para navegadores, aventureiros e emigrantes, aqueles que correram o risco de partir — não para os que tiveram a sina de ficar.

C — (1) A melancolia e o fatalismo da condição nacional atravessam toda a nossa cultura e acabaram por condicionar também a nossa cultura política, à direita e à esquerda. (2) Durante o salazarismo, a pobreza resignada — mas estável... — que acabou por constituir-se em filosofia oficial do regime teve como contraponto, à esquerda, o miserabilismo neo-realista e as narrativas amargas e quase masoquistas dos anos de prisão sofridos pelos resistentes antifascistas e de que o PCP fez a sua coroa de espinhos gloriosa. (3) Ao fado oficial correspondia, quase simetricamente, o fado da oposição: histórias, ambas, de corações partidos, destinos destroçados, desenganos, tiranias e desgraças.

ELOGIO DO SUCESSO

D — (1) A persistência destes sinais em obras recentes da nossa cultura é reveladora. (2) A literatura e o cinema nacionais continuam a dar-nos exemplos expressivos de um imaginário marcado pela fatalidade e pela depressão. (3) Uma tristeza atroz, quase insustentável, habita um dos mais belos filmes portugueses dos últimos tempos, «A Idade Maior», de Teresa Vilaverde — uma jovem realizadora identificada com o PCP e que elege Álvaro Cunhal como figura mais admirada. (4) A memória das gerações anteriores transmite-se, por via das referências culturais ou ideológicas, às gerações mais novas. (5) A não ser que estas estejam disponíveis para romper com o passado — ou que o passado tenha esgotado para elas a sua capacidade de atracção — fazendo tábua rasa da memória histórica.

E — (1) Ora, não será precisamente isso que explode hoje na sociedade portuguesa e de que o movimento juvenil em volta de Cavaco Silva é uma expressão sintomática? (2) O optimismo cultivado por Cavaco, em oposição ao pessimismo atávico do comportamento nacional, não estaria em sintonia com uma mudança de atitudes e mentalidades entre os «novos portugueses» dos anos 90? (3) E não será também significativo que um fenómeno como o do PSR se afirme hoje contra a corrente dos soturnos rituais ideológicos da extrema-esquerda, redescobrimdo a alegria e a festa?

F — (1) A referência ao sucesso aparece como novo emblema de uma revolução silenciosa, criando uma espécie de grau zero da memória histórica. (2) Redutor? (3) Sem dúvida. (4) Mas também libertador. (5) Se a ingenuidade beata e despolitizada das novas mitologias — em que Cavaco aparece ao lado do treinador Carlos Queirós, ambos como heróis do dia — é indiscutivelmente irritante, como não entender nessas manifestações, desde a final do Mundial de Júniores à Fonte Luminosa «laranja», os sinais de um corte com a fixação neurasténica, derrotista e fatalista da «condição portuguesa»?

G — (1) Contra o que pretende uma certa cultura arqueológica da esquerda, irremediavelmente cabisbaixa e incuravelmente nostálgica dos amanhãs que não chegaram a cantar, o sucesso não é um valor redutível à «lei da selva» do egoísmo capitalista ou ao cinismo «yuppie» em voga na década de 80. (2) O gosto da afirmação individual, a competição no terreno do mérito, da competência e da criatividade, o sentido do risco e a recusa da mediocratização social não são contraditórios com a compaixão, a entreatajuda e a solidariedade. (3) Antes, pelo contrário. (4) O que decididamente não há é lugar para a solidariedade numa sociedade de frustrados.

Sexta-feira, 11 Outubro 1991 PÚBLICO FIM DE SEMANA

